

# PAPO DE GALO



Número 3  
19/junho/2020

# VIVA O POVO

*(MULTIFACETADO E UNITARIAMENTE INEXISTENTE)*

# BRASILEIRO

# PAPO DE GALO \_ revista

A **Papo de Galo \_ revista** é escrita por **Gabriel Galo**. Nesta terceira e trabalhosa edição, ele também diagrama, pesquisa, revisa, administra e o que mais precisar, mas, dessa vez, ela ganha um corpo diferente. Doze nomes contribuíram com entrevistas e artigos exclusivos para essa publicação. Então, deixa parar eu me referir a mim mesmo na terceira pessoa, porque isso é estranho demais.

Eu sou baiano de Salvador, torcedor do Vitória, formado em Administração pela FEA/USP, empresário semi-falido e escritor. Isso cronologicamente falando. Escrevo coisas demais, sobre assuntos demais.

Lancei, em outubro de 2018, o livro **“Futebol é uma Matrioska de surpresas: contos e crônicas da Copa 2018”**, contendo textos meus no Correio da Bahia e no Huffpost Brasil, além de alguns inéditos. Tem na [Amazon](#), e minha mãe falou que é bom.

Sou colunista do Correio da Bahia, do programa Futebol S/A da Rádio Sociedade da Bahia, do Arena Rubro-Negra. E tô aí correndo atrás de novidades pra quitar o boleto de amanhã.

Escrevo porque não tenho opção. Porque, por mais que tenha tentado outros caminhos, contar histórias é o que me faz acordar todos os dias com vontade de trabalhar. E, por Deus, como dá trabalho...

Ainda há muito mais por vir. Esta revista é só mais um passo rumo a sei lá o quê – o que importa, estou seguro, é a jornada, não existe isso de linha de chegada. E faço um convite a você, estendendo a mão: vamos juntos?

Caso queira apoiar meu trabalho, a campanha no **Apoia.se** e no **Catarse** estão no ar.

Ah! Eu sempre quero ouvir suas histórias. Quer conversar, propor pauta, criticar, o que for? Fale comigo!

[facebook.com/souogalo](https://facebook.com/souogalo)

[instagram.com/souogalo](https://instagram.com/souogalo)

Email: [gabriel@papodegalo.com.br](mailto:gabriel@papodegalo.com.br)

Abraço!



**Para todos os que se  
dispuseram tão  
generosamente a  
contribuir e a fazer parte  
desta edição.**



Por GABRIEL GALO

O conteúdo desta revista é 100% autoral.  
Proibido reproduzir sem autorização expressa do autor.  
© Papo de Galo. Todos os direitos reservados.

São Paulo, 19 de junho de 2020

## REDES SOCIAIS



@souogalo  
@canalpapodegalo



@souogalo  
@canalpapodegalo



@gpgalo



[gabriel@papodegalo.com.br](mailto:gabriel@papodegalo.com.br)



# **NAVEGUE** \_

## **\_ EDITORIAL**

6, Um tratado sobre o povo brasileiro

## **\_ ENTREVISTAS**

10, Antonio 'Nego' Bispo

19, Eduardo Braz

27, Elisa Urbano Ramos

35, Fabricio Lyrio

42, Felipe Milanez

48, Francisco Cancela

58, Goli Guerreiro

65, Julio Rocha

71, Leonardo Antonio

77, Ordep Serra

## **\_ ARTIGOS**

86, **O método para o caminho do meio**

(Durval Lucas Jr.)

91, **A situação dos povos indígenas no Brasil**

(Ordep Serra)

# Um tratado sobre o povo brasileiro

Quando decidi pelo tema desta terceira edição da **Papo de Galo\_ revista**, senti muita insegurança, apesar da certeza da urgência que entendo ter.

A origem da escolha vem do vídeo da fatídica reunião de 22 de abril, quando o agora ex-ministro da Educação, **Abraham Weintraub**, destila sua característica ignorância e profundo preconceito ao assumir odiar o termos povos indígenas e evocar um ideal de nação.

Senti um frio na espinha. Porque o meu parco conhecimento na área me fez ter certeza de que se tratava de uma afirmação falsa, que legitimou movimentos autoritários e genocidas na história, ao mesmo tempo em que toca a muitas pessoas hoje em dia no Brasil. Ou seja: é tão falsa quanto aceita.

Reconhecendo minhas limitações no campo, propus-me a reunir um vasto grupo de estudiosos e conhecedores do assunto para ampliar o debate e estabelecer um diálogo franco, aberto, que fosse acadêmico e profundo, bem como informal e acessível. A pergunta-chave seria:

## “AFINAL, O QUE É O POVO BRASILEIRO?”

Para isso, seria fundamental reunir antropólogos, sociólogos, cientistas sociais, políticos, jornalistas, historiadores e lideranças indígenas e quilombolas, num encontro coletivo para sedimentação e fortalecimento de conceitos. Foi aí que a insegurança bateu.

Instantaneamente, percebi o tamanho que esse projeto poderia ter e a dificuldade de implementá-lo. A minha ambição, pois, talvez fosse maior que a factibilidade.

Duas conversas serviram para me acalmar os ânimos. Na primeira, **Durval Lucas Jr**, amigo administrador que assina um artigo nessa edição, tentou me fazer ver que onde havia intenção, havia possibilidade.

Na segunda conversa, desta vez com meu amigo herdado **Eduardo Braz**, pus-me, enfim, sossegado na incerteza, embora ansioso com a perspectiva de realização. Porque ele, como advogado e antropólogo, não apenas embarcou imediatamente no projeto, como



compartilhou seus contatos, dando um direcionamento essencial que, sem ele, esta edição não teria saído.

Assim, com a ajuda de indicações nas redes sociais, chegou-se ao número final de 12 contribuições que enriquecem a revista de maneira ímpar. Com isso, diante de tantos nomes tão qualificados, recuo do meu papel de protagonista para assumir uma posição de mediador do debate.

Para pôr no ar esta revista, foram realizadas 12 entrevistas, 10 das quais publicadas com exclusividade, somando 15 horas de áudio e vídeo transcritos num esforço hercúleo. Milhares de mensagens trocadas pelo WhatsApp, centenas de e-mails enviados, dezenas de fotos analisadas, incontáveis horas de revisão (para mesmo assim passar um caco que você certamente vai encontrar...), várias madrugadas varadas e sonos interrompidos. São mais de 100 páginas de conteúdo 100% exclusivo, que podem virar livro um dia.

Ao fim, com edição pronta e entregue, cansado ao extremo, posso afirmar: estas foram duas semanas das mais gratificantes que eu poderia ter em toda a minha vida.

Conviver tão proximamente com tanta gente que pensa o Brasil e o povo brasileiro com todo fervor foi revigorante. Gente que tem na inclusão uma premissa irrevogável. Gente que tem no compartilhamento um lema de uma vida. Gente que tem no zelo pela diversidade, uma riqueza cultural imensa.

Em cada nova entrevista, em cada novo trecho, alguns elementos serão comuns: a necessidade de se reconhecer e preservar direitos e culturas dos povos originários; como o Brasil é um país pluri-étnico; como é perigoso tentar homogeneizar o entendimento de povo em torno de um padrão imposto; como a cultura se move e se modifica constantemente; como o choque de povos e de modos de ser no mundo provocam evolução.

Em outros momentos, conhecimentos específicos podem mudar a sua maneira de ver e entender o mundo, como aconteceu comigo.

Está aqui o meu maior orgulho desta edição da **Papo de Galo\_ revista**. Ao propor construir um tratado sobre o povo brasileiro, o que se lerá nestas próximas páginas poderá efetivamente se tornar objeto de alteração de compreensões.

**PREPARE-SE PARA UMA LONGA AULA DE  
HUMANIDADE E DE CIVILIDADE.  
VIVA O CONHECIMENTO!  
VIVA O POVO BRASILEIRO!**



# APOIE \_

## QUE TAL APOIAR VOZES INDEPENDENTES?

Tudo o que você lê, ouve e assiste aqui no Papo de Galo é essencialmente grátis. Mas boleto não liga pra isso. E eu preciso de sua ajuda.

Você pode contribuir de diversas maneiras. O mais rápido e simples: assinando a [NEWSLETTER](#). Isso abre a porta pra gente chegar diretamente até você. Tem mais. Você pode compartilhar esta revista com seus amigos, por exemplo. Você também pode seguir nas redes sociais, comentar, compartilhar, convidar outras pessoas. Assim, o que a gente faz ganha mais alcance, mais visibilidade.

Mas tem algo ainda mais poderoso. Se você gosta do que escrevo, você pode contribuir com qualquer quantia que puder e não vá lhe fazer falta no [APOIA.SE](#) e no [CATARSE](#). Estas doações ajudam construir um compromisso de permanecer produzindo, sem abrir mão da qualidade e da postura firme nos ideais. Com isso, você incentiva a mídia independente e se torna apoiador do pequeno produtor de informações. E eu agradeço imensamente.

**APOIA.se**



catarse



**\_ ENTREVISTAS**

**10**

**NEGO BISPO**

**“NÃO HAVERÁ NENHUMA  
SOCIEDADE SOLIDÁRIA  
ENQUANTO OS SABERES  
FOREM MERCADORIA.”**



**Antonio Bispo**, também conhecido como **Nego Bispo**, ou **Velho Bispo** é das figuras mais **carismáticas** do Brasil. Com alta visibilidade nos meios acadêmicos, apesar da pouca formação educacional tradicional, é um **sábio da cultura quilombola** e dos métodos resolutivos. Conversei com ele nos dias 17 e 18 de junho de 2020. Impossível não mudar a percepção de mundo depois de ler e ouvir o que Nego Bispo tem a dizer, antes dele seguir para rede a descansar.

---

“ Eu nasci no dia 10 de dezembro de 1959 no **Vale do Rio Berlingas**, quando lá ainda era um povoado chamado **Papagaio**, no município de **Valença**. Hoje esse povoado foi elevado à categoria de município de **Francinópolis** e fica numa região muito interessante porque fica na confluência entre o cerrado, o semiárido e a região dos cocais, na pré-Amazônia.

Fui formado por **mestres e metras** de ofício que me passaram saberes ancestrais. Tive a felicidade de receber o bastão tradução por meu tio-avô. Então eu sou um dos guardiões dos saberes da família e fui para a escola escriturada apenas para traduzir os contratos escriturados para os contratos orais. Coisa que eu fiz quando criança, lendo bula de remédio, escrevendo cartas, fazendo contabilidade de açougue. Fiz quando adulto como diretor do sindicato dos trabalhadores rurais, fui também de partido político, participei de processos eleitorais, e faço hoje como um dos mais velhos ajudando a traduzir a maior parte das legislações quilombolas.

Hoje eu moro na comunidade do **Saco do Curtume**, quilombo que é um território retomado, contínuo ao Riacho dos Negros. A minha vinda para cá foi articulada por vários quilombos, pra que eu pudesse contribuir com o que eu sempre fiz, a tradução dos contratos e a articulação dos saberes entre os quilombos, os quilombolas e as demais comunidades da região.



“ A história é consequente. Eu sou partidário da compreensão de que **não existem coincidências**, existem **confluências**. Eu nasci no meio de um povo que tinha a gestão de um grande território. Lá existiam 18 ou mais **engenhos de produção de rapadura**, sendo que 15 eram de propriedade dos negros, e o restante era feito pelos negros na situação de mestres e mestras. Meu bisavô tinha 3 engenhos, e a nossa família cultivava as melhores terras do **Vale do Berlengas**.

Sendo educado pela minha geração avó, eu compreendi que **um povo se constitui através de uma trajetória histórica e ancestral e das relações cosmológicas e ambientais**.

**UM POVO NÃO SE FORMA A PARTIR DE UMA IDEIA, MAS A PARTIR DE UM CONJUNTO DE RELAÇÕES COM OS DEMAIS SERES DO UNIVERSO, EM RELAÇÕES CÓSMOLÓGICAS.**

Na nossa compreensão, nós somos um povo fugido. Minha família não tem registros de escravização até o meu trisavô. Meu bisavô dominava a cadeia de produção de cana-de-açúcar e de grãos. A nossa comunidade, quando me entendi por gente, só comprar o tecido e o sal, e olhe lá, porque sabiam fazer. Era um povo que sabia fazer quase tudo.

**Mãe Joana**, uma das minhas grandes mestras, plantava algodão, tratava as plantas, colhia, fiava, tingia com tinta das cascas das plantas e folhas, tecia e confeccionava roupas. E eu tive a felicidade de participar desse processo com mãe Joana. É um povo que tinha um grande saber.

E praquele povo ter um grande saber, ele é um povo que não deve ter sido escravizado, e se foi, foi por pouco tempo. É um povo que conseguiu guardar esse grande saber nas **relações cosmológicas**, de um saber que vem de África e que se juntou aos saberes dos povos indígenas. Nós somos **‘afro-cosmológicos’**, ou seja, somos **africanos** em qualquer lugar do mundo.





“ O Bolsonaro faz parte de uma **sociedade eurocristã colonialista**. Um dos lemas do governo, inclusive, é mal colocado. Ele fala ‘Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.’ Eu já ouvi isso de outra forma. Para colocar Deus como superior, deveria se dizer ‘Deus acima de tudo e o Brasil acima de todos’. Então ele está colocando a pátria acima de Deus, porque Deus está englobado no tudo. Quando ele usa isso como jargão principal de suas falas, isso significa dizer que ele é um eurocristão fundamentalista. Portanto, ele tem uma cosmologia mono, e quem tem uma cosmologia mono não consegue lidar bem com a diversidade.

É uma situação grave. É um povo que precisa de tratamento. E quem pode tratar essa sociedade dessa situação cosmo-fóbica são as nossas referências cosmológicas. Por isso que eles não suportam a nossa gente. As nossas terras não são amaldiçoadas, a nossas ervas não são daninhas, as nossas divindades, em vez de nos punir, nos festejam, nos orientam, nos ensinam.

O **eurocristão** cria **figuras abstratas** para se **distanciar da natureza**. Ele cria o estado para isentar a sociedade. É um povo que forja uma criatura que manda no criador. Os eurocristãos criaram o diabo para justificar Deus. Sem o diabo, Deus não teria mais o que o fazer, e os eurocristãos estariam desesperados, porque não teriam mais a salvação para vender.

O bolsonarismo é, portanto, uma marca, resultado de uma sociedade doente. Assim como o lulismo ou qualquer ‘ismo’ personificado, é apenas marcas de um produto colonialista. A essência de tudo isso é o colonialismo. Colonialismo que surge na Bíblia, quando Moisés sai para procurar a terra prometida. Os colonialistas não conseguem parar, eles vivem procurando sempre as terras alheias para atacarem, porque eles esgotam a terra onde vivem.



Davi Kopenawa disse em entrevista na TV, quando eu estava me tornando adulto, que ‘os brancos vão acabar com todas as espécies, e quando não tiver mais com o que acabar, vão acabar consigo mesmos.’

“ Movidos por essa doença chamada cosmofobia, os eurocristãos, para se movimentarem pelo mundo, se movimentam apenas por meio dos transportes materiais, para invadir, influir, tentar dominar. O povo **contracolonialista** de **cosmologia politeísta**, que pode ser até cristão, mas não é monoteísta, ele se **transflui**. Ele não se movimenta sozinho, ele se movimenta com um conjunto de forças, de energias e de outros seres, inclusive ancestrais. E essa **transfluência** é utilizada para confluir.

Quando os africanos chegaram ao Brasil, encontraram os indígenas. Através de uma **linguagem cosmológica**, eles conseguiram se comunicar. Os indígenas ajudaram a criar os quilombos, eles compartilharam o saber e o território. Os quilombos nunca guerrearam com os indígenas por território.

A vida vive de forma conectada com a natureza. A gente é a natureza, não somos donos da natureza.

## **A DIFERENÇA FUNDAMENTAL É QUE OS EUROCRISTÃOS SÃO UM POVO DO TER, ENQUANTO NÓS SOMOS UM POVO DO SER.**

Eles são do saber **sintético**, nós somos do saber **orgânico**. O saber deles é **explicativo**, o nosso é **resolutivo**. Eles pensam do integrado para o segmentado e nós fazemos o caminho inverso. Eles querem **crescer o estado** para crescer o povo, nós queremos **crescer o povo** e nem precisa crescer o estado. Eles pensam de forma **linear** e vertical, nós pensamos de forma **circular**. Tudo que a gente faz é **rodando**. A capoeira é rodando, o samba, o reggae, o batuque, até os nossos cabelos, quando estão grandes, são rodando, são enrolados.

Quando a gente pensa na **circularidade**, nosso pensamento **não tem limite**. Por isso que o pensamento deles se sustenta na escrita, enquanto o nosso se sustenta na **oralidade**. Porque a oralidade é viva, está sempre em movimento, é fôlego, é ar, é vento, a palavra é som, vibra. A escrita não vibra.





“

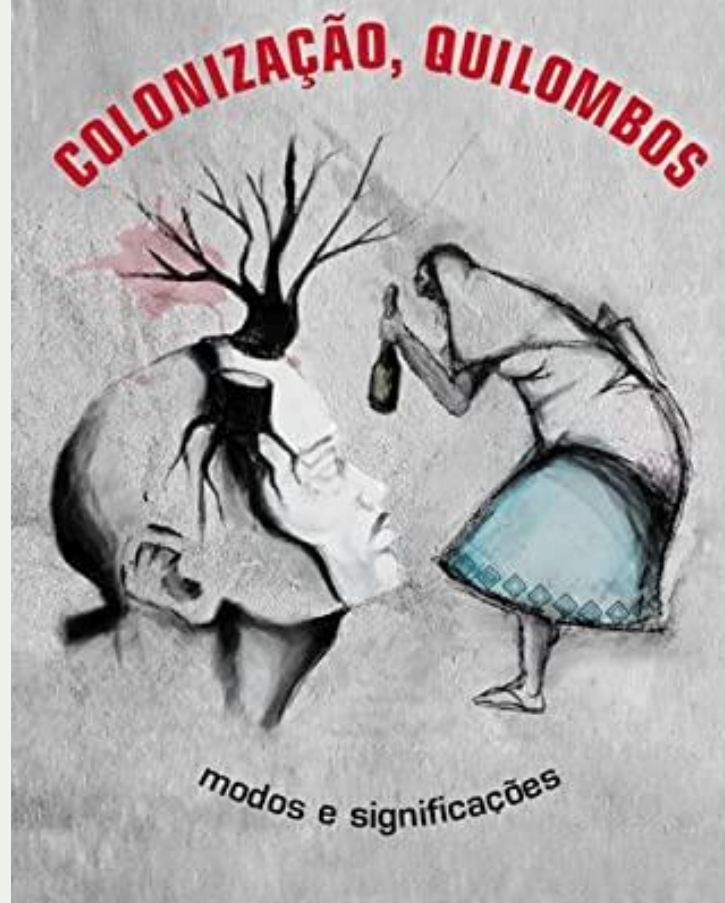
Eu escrevi um livro intitulado ‘Colonização, quilombos, modos e significações’, e nele eu trouxe algumas questões com relação a essa disputa de narrativas. Tanto é que o livro tem um capítulo chamado ‘guerra das denominações’. Como eu fui adestrador de bois, eu sei o que significa nominar. Adestrar e colonizar é a mesma coisa.

Desde o início do colonialismo até a Lei Áurea, os quilombolas foram considerados organizações criminosas e os indígenas foram considerados selvagens. Na Lei Áurea há uma confluência em que os quilombolas não são considerados mais criminosos, mas são silenciados, passam a ser nada, até a Constituição de 88, reconhecidos como povos com direitos, inclusive para regularização de suas terras.

## **RECONHECIMENTO É MAIOR DO QUE A DEMOCRACIA.**

Durante todo esse período, quilombolas e povos indígenas entram nas instituições do colonialismo. Porque os nossos mais velhos disseram que a gente precisa transformar as armas dos nossos inimigos em defesas, para não transformar nossa defesa em armas. Nós usamos a Constituição como defesa, embora seja uma arma do colonialista. Só que a Constituição é escriturada, e nós somos da oralidade. Para poder entender e traduzir, quilombolas e indígenas passaram a frequentar a escola tradicional. E hoje temos uma confluência entre indígenas e quilombolas que entendem mais inclusive de outras ferramentas, como a tecnologia. A tecnologia acelerou o processo de confluência entre nossos povos.

Antônio Bispo dos Santos



“

Na Constituição de 88, quando os nossos povos são reconhecidos, os partidos políticos e os defensores das lutas de classes correram para nos trazer para dentro de suas estruturas, mas eliminando as concepções de povos e colocando todos no conceito de ‘classe trabalhadora’. Alguns de nós decidimos tentar esse caminho. E vimos que **igreja, sindicato e partidos políticos** são muito **parecidos**.

O que é o sindicato? É uma loja de corretagem para defender direitos trabalhistas. Só que o sindicato vende, mas não entrega, ele deixa para o patrão entregar. A igreja é a mesma coisa, é uma loja de corretagem de milagres e da salvação. Mas a igreja vende a salvação para Deus entregar. E se Deus não entregar? E o partido também vende as políticas para o estado entregar.

Ou seja, são, neste sentido, a mesma coisa. E essas instituições quiseram ser nossos intermediários, mas para seguir a trajetória deles, exigindo que renunciássemos à nossa.

O que foi, então, que aconteceu com a queda do governo Dilma? Aconteceu a mesma coisa que acontece no cerrado.

No cerrado, com o passar do tempo, as vidas vão liberando uma matéria seca que vai formando uma camada sobre a terra. Todas as vidas contribuem para que essa camada seca se forme. Formada essa camada, a luz e a água deixam de penetrar na terra e para o processo de decomposição desta matéria seca. Então, algo gera uma faísca, que vai queimar pedaços de terra do cerrado onde tem mais camada seca. O vento espalha as cinzas, a chuva leva as cinzas para dentro da terra, e se reinicia a germinação de semente adormecidas, novas plantas surgem e a vida se reedita.

É o que está acontecendo na sociedade brasileira nesse momento. Os intermediários perderam relevância, os discursos viraram mesmice e veio a crise, ou o fogo no cerrado. Isso foi o que propiciou aos indígenas e quilombolas germinar as suas sementes, com o papo reto. A camada seca são os sindicatos, os partidos e algumas igrejas.





“ Tem que acabar com essa história de educação nos moldes atuais. Porque educação e adestramento e colonização é a mesma coisa. O que as escolas fazem? Adestram as pessoas para trabalhar.

Nós temos que acabar com a educação e aplicar a formação. E a formação só pode se dar dos ensinamentos e saberes resolutivos. Porque um saber que não resolve nada não é um saber. Na comunidade quilombola em que eu nasci, não precisava de advogado, nem de historiador, de antropólogo, psicólogo, de geógrafo, de nada disso, porque todos nós sabíamos traduzir e interpretar a vida de forma resolutiva. A gente aprende a se relacionar com a natureza.

## **A EDUCAÇÃO É UM PROCESSO DE ESCRAVIZAÇÃO E DE MERCANTILIZAÇÃO DO SABER.**

As escolas servem para transformar as pessoas em serviçais e transformar os saberes em mercadoria. E isso é grave. Um dos grandes problemas da sociedade é a mercantilização do saber.

Nas comunidades, eu não sou um mestre, mas sou considerado uma pessoa sabida. E eu não cobro nem um centavo para transferir o meu conhecimento. Eu compartilho um saber que me foi oferecido de graça.

## **NÃO HAVERÁ NENHUMA SOCIEDADE SOLIDÁRIA ENQUANTO OS SABERES FOREM MERCADORIA.**

O que se chama de solidariedade, na maioria das vezes, é hipocrisia, porque solidário mesmo é quando você compreende que a vasilha de dar é a mesma de receber.



## “ O POVO BRASILEIRO É UMA CRIAÇÃO COLONIAL FANTASIOSA, QUE NÃO SE SUSTENTA.

Ao chegarem no que hoje se conhece como Porto Seguro, os portugueses desterritorializaram a região, dando seu próprio nome. A população que vivia ali não era povo, isso nem existia, mas eles chamaram de índios. Então, boa parte das denominações que os colonialistas criam é sem significado, para não ter relação com a natureza. Porque o medo deles da natureza é muito grande.

Eles criam o Brasil em cima de uma farsa. A palavra brasil não tem relação territorial cosmológica. E o povo brasileiro é uma farsa também, fruto de uma sociedade eurocristã colonialista.

Na realidade, o povo brasileiro é um conjunto de povos, das mais diversas cosmologias e linguagens, mas que pensam do segmentado para o integrado. Nós não somos daqueles que querem consertar o mundo; nós queremos consertar o nosso território.

Todo o estado nacional é uma instituição colonialista. As comunidades, sim, são territórios e compartilhamento, que é uma prática cosmológica do nosso povo.

### **COMUNIDADE BOA DEPENDE DO BEM-ESTAR DO INDIVÍDUO.**

Uma frase que eu gosto e considero muito forte. Enquanto os seres ditos humanos tiverem cada vez mais as suas vidas longas fartas, os outros seres terão cada vez mais as suas vidas curtas e escassas. Isso é para a gente refletir em cada atitude que for tomar na vida, saber que não somos nem mais nem menos que os outros seres, não somos capazes de viver sem eles, mas eles provavelmente sejam capazes de viver sem nós.

Por fim, quero dizer que nós acreditamos não na democracia, não nas eleições. **Nós acreditamos no reconhecimento.** Em vez de te eleger, nós preferimos te reconhecer, porque reconhecimento só é possível pela sua trajetória, não pelo seu discurso. Da mesma forma que para nós que a **confluência** e o **compartilhamento** são **importantes**, e não a coletividade. A questão é como tratamos a outra pessoa. Um rio não deixa de ser rio quando conflui com outro, pelo contrário, ele se torna mais forte. Um rio deixa de ser um rio quando morre a sua nascente. Que ninguém tenha medo da diversidade, porque só com a diversidade se tem a integridade.





**19**



**EDUARDO BRAZ**

**“O BRASIL É UM PAÍS  
PLURI-ÉTNICO, AS PESSOAS  
ACREDITANDO OU  
GOSTANDO DISSO OU  
NÃO.”**

Eduardo Braz é professor universitário. Tem doutorado em antropologia social e cultural pela Universidade de Coimbra, pós-graduação pela Universidade Federal do Paraná em Direito Ambiental, e graduação em Direito pela UFBA. Sobretudo, Eduardo é amigo que herdei de meu pai, que se formou com ele em Direito.

“ Responder o que significa a palavra povo é conceituar. O conceito tem um problema porque serve para identificar determinada situação quando a gente visualiza. Então, grande problema disso é que a questão de conceito de povo está muito atrelado ao conceito de cultura. E o conceito de cultura requer uma compreensão muito mais relacionada a entender quais são essas culturas, do que de classificar, ou seja, do que realmente conceituar.

Povo é um agrupamento de pessoas que se identifica historicamente e culturalmente. Cultura é um processo em andamento. A gente não pode entender que a cultura de um povo é algo estanque, algo que é imutável no tempo. Um agrupamento que se vê parte hoje, pode não fazer parte amanhã. Um exemplo são os **pataxó** e os **pataxó hã-hã-hãe**, que em **patxohã** significa diferente. Eles faziam parte de um mesmo agrupamento, mas decidiram formar um novo grupo. Isso não é exclusividade dos povos tradicionais. O **Brexit** segue a mesma ideia, em que o Reino Unido não se sentia mais fazendo parte daquele contexto.



Famoso ônibus do Brexit que rodou o Reino Unido despertado o sentimento nacionalista, apesar da notícia falsa impressa na lateral do veículo. Em votação, a população britânica decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia. Arte: ft.com



O conceito de cultura ele é um conceito relacional, depende da historiografia, do momento, dos processos de escolha de cada grupo. Eu entendo que respondi o conceito de cultura, muito mais fácil de explicar, e não o conceito de povo. Mas é muito mais fácil entender o conceito de povo quando você faz uma pergunta: você faz parte de um povo? A resposta depende do entendimento do sentimento de pertencimento de um determinado processo histórico e cultural. A compreensão de um povo único desconsidera justamente a multiculturalidade do nosso país.

Aos olhos do estado, a junção de povo, território e língua formam uma nação. Mas esse é um conceito muito pobre. Ele acaba por ser muito bom do ponto de vista do estado, mas do ponto de vista de compreensão do que é povo, que é o cerne da questão, ele não explica, é vago.

No caso dos povos indígenas, **eles precisam ser reconhecidos como determinadas etnias** e se reconhecer como determina etnia. Mas além disso tem uma questão das nações indígenas como um todo, de povos indígenas, povos com um conceito muito mais aberto, que é de se diferenciar. Um povo também se afirma como um povo diferente dos outros, se diferenciando desses outros, porque eles têm uma ligação de tradicionalidade, de historiografia. Por exemplo, os povos ameríndios, originário das Américas, que vão do norte dos EUA ao sul da Patagônia. Em toda extensão eles levam a mesma alcunha genérica, que não explica as diferenças culturais, mas acabam se afirmando como povos originários. O conceito de indígena aí é muito mais num intuito de definir povo originário, que de definir etnicamente cada um desses povos.



Indígenas protestam pelo reconhecimento de suas terras e autonomia.  
Foto: site Combate Racismo Ambiental

“ Quando a gente fala sobre os processos de esbulho que os povos indígenas sofreram e vêm sofrendo ainda hoje, a gente pode observar isso de 2 pontos: tanto do ponto de vista territorial, de impedimento de exercer as suas vivências em seus territórios, mas também do ponto de vista cultural.

Quando a gente fala de povos indígenas, eles têm uma relação muito próxima com seus processos de territorialidade, que vão além da compreensão meramente geográfica e passam pelo sentimento de pertencimento ao lugar. É como se fosse um mutualismo: o índio pertence àquele lugar, assim como aquele lugar pertence ao índio.

Se você pega um povo indígena que vive da pesca, como é o pataxó, e coloca ele no planalto central, mesmo que com uma área muito maior do que a que estão solicitando por demarcação, possivelmente os seus processos de vivência seriam outros, e isso acabaria interferindo muito no próprio modo de existir dos pataxó.

Porque tem plantas medicinais que dependem daquela vegetação, os ritos da lua, do mar... Até o mito de origem do povo vem do mar. O nome **pataxó**, segundo a mitologia, é uma **onomatopeia do barulho da água do mar batendo na pedra** –pá! tá! xó... Isso é um mito, a gente sabe que tem outras histórias para esse nome, mas até a criação disso como mito, por mais que não seja originariamente o porquê no nome ser pataxó, já indica toda a relacionalidade que eles têm com a geografia. Então é uma paisagem viva. Vários autores discutem, inclusive, que você sabe a pertença de alguns grupos, em determinada região, porque aquela região acaba se modificando pela presença do grupo. Ou seja, é uma noção de pertencimento.

No caso dos povos originários, podemos dizer que a questão de povo tem muito a ver com a questão de territorialidade, que é essa noção de localização cultural e geográfica.





“

Tem uma fala de um indígena, mestra em Direito, Fernanda Kaingáng, que diz que o problema não é que esses povos são invisibilizados, porque todo mundo lembra deles quando a gente fala sobre a área que eles ocupam, sobre a mineração nos seus territórios. Ou seja, eles não são invisibilizados, eles são negados.

Uma compreensão, que vem desde a convenção 169 da OIT, de reconhecimento da autodeterminação dos povos, e entram aí todos os povos tradicionais, é fundamental.

Não é só fundamental do ponto de vista formal, porque o Direito acaba protegendo e criando proteções que acabam por vir a ser normas programáticas, em vez de algo que a gente visualiza. O artigo 231 da Constituição de 88 tem a proteção tanto territorial quanto cultural dos territórios indígenas, que deveriam ser todos demarcados dentro de um prazo de 5 anos a partir da sua promulgação, mas não são até hoje.

Essa questão da multiculturalidade, de um país que é pluri-étnico, ele não tem só um povo, é entender que existem demandas próprias e que a demanda de um povo indígena é diferenciada internamente, porque cada povo tem suas especificidades.

Até para diferenciar, mesmo quando se quer elevar o status de observação a alguns povos, a gente acaba novamente entrando em uma nova plataforma de ignorância, porque quando se fala que se tem que observar todos os povos indígenas e a gente universaliza todos esses povos, a gente só está fazendo uma nova camada de preconceito. O interessante é que se veja cada um deles individualmente

Ao conceituar povo, assim como conceituar povo indígena, tem-se muito mais trabalho de indicar precisamente o que é, do que entender precisamente o que é. É necessário localizar as demandas deles e suas vivências e efetivamente tornar os seus direitos garantidos, ou pelo menos apreciáveis.



Fernanda Kaingáng

Existe uma negação grande, inclusive, da forma de existir, estabelecendo uma forma folclorizada. Quando a gente vê um índio no cenário urbano, na faculdade, a gente tende a achar que ele não é índio porque ele não corresponde àquele clichê folclorizado que nós criamos sobre o que é ser índio, como se o índio do século XXI fosse o mesmo índio do século XVI.



Tem-se, portanto, várias barreiras que precisam ser quebradas para que se tenham efetivamente garantidas as demandas desses povos.

---

“ Para validar e reconhecer a autonomia de povos indígenas em países plurinacionais, o Direito poder ter 2 pontos de vista de partida: o primeiro é regulatório; o segundo é emancipatório. E um não necessariamente nega o outro; eles podem coexistir. As regras que são voltadas para as comunidades tradicionais tendem a ser emancipatórias, mas são normalmente regulatórias. E quanto mais limitada for a lei, quanto mais objetivada e fechada essa lei for, mais restritiva do ponto de vista de possibilidade adaptativa da cultura desses povos.

Eu não vejo mal em um regramento aberto. Não existe regramento capaz de abarcar todas as formas de vivência, nem as de uma sociedade padrão, imagine um regramento que abarque mais de 300 etnias indígenas diferentes, além de quilombolas, de povos de santo, e outros povos. O Direito, para ser emancipatório, deve proteger esses povos e abarcá-los, mais ou menos nos termos da nossa Constituição. O problema não é, portanto, exatamente na formalização das leis. Nós estamos bem servidos do ponto de vista legal, jurídico. O problema é a procedimentalização desses sistemas, porque quando se vai para o direito administrativo, vê-se uma série de problemas muitas vezes conflitantes com o texto da lei em seus diferentes artigos.



Um caso emblemático vem de uma pesquisa que eu fiz numa comunidade dentro de uma reserva indígena. Ou seja, o índio pode viver de acordo com seus modos e costumes tradicionais, sem interferência de outras pessoas, só que nesse território existe uma sobreposição de território de área de proteção ambiental. O que isso gera? De um lado, quem tutela essa região é a Funai, que permite a exploração da terra de acordo com o viver indígena. Do outro, quem regula a área de preservação é o ICMBio, que tem uma perspectiva biocêntrica, que acha que consegue proteger a natureza se consegue afastar o meio-ambiente do ser humano.

Como, num cenário de sobreposição de territórios, se consegue ver este tipo de demanda? Quem vai ter razão quando as ações forem conflitantes, quando ICMBio e Funai fazem a parte que lhes cabe, mas estão em lados opostos na interpretação da lei?

Do ponto de vista jurídico, nenhum deles está errado. Porque a norma é abrangente, mas não está sendo utilizada pontualmente.

Por questões como essas é que eu sou absolutamente contra uma conceituação muito específica, porque só seria possível fazer isso se tivesse um trabalho que não vai existir de uma confluência entre o ordenamento jurídico com o conhecimento antropológico, em que os 2 conhecimentos, juntos, conseguissem construir pontualmente localizadamente o que deve ser protegido em cada uma dessas etnias, o que se tornaria impossível de executar, material e substancialmente. E mesmo se isso fosse possível, seria temporalizado, porque essas culturas elas podem variar, conforme já exposto.

Com isso, os conceitos jurídicos abertos são uma boa fonte, porque se se escreve que a proteção dos territórios deve ser preservada, que se deve dar possibilidades para que as comunidades consigam ter suas culturas passadas intergeracionalmente. Correr o risco da brecha jurídica é melhor que correr o risco do neocolonialismo, de se imputar ao outro como ele deve se comportar, onde ele deve agir e qual o limite tanto da cultura quanto do território de um povo.



“ O povo brasileiro é uma formação antropofágica de povos. Antropofágica não é exatamente canibal. Canibal é comer a carne. Na antropofagia, come-se o ser, que passa a fazer parte do seu corpo. A gente constantemente adquire elementos de outros povos para a formação do que a gente é. E esses elementos são vistos convivendo nas mais diversas situações.

No Carnaval, por exemplo, tem atabaque, com guitarra, com bateria, que vêm de elementos e de lugares diferentes. A feijoada faz parte da cultura do povo brasileiro. É um alimento em que se misturam coisas de povos de santo, com a feijoada portuguesa que foi retransformada. O Candomblé vem de vários povos africanos que foram num sincretismo religioso essa nova religião.

## **O POVO BRASILEIRO É UM POVO SINCRÉTICO.**

E ele esquece que é sincrético quando ele vai olhar outros povos que compõem a nação. Toda essa formação complexa de povo que não vem de uma linhagem típica de raça é descartada por fugir de um ideal de padrão de povo brasileiro. Esses povos tradicionais, que têm uma ligação muito mais voltada à ancestralidade do que a nossa, acabam sendo invisibilizados porque não temos contato diário com eles.

Uma fala homogeneizante de povo brasileiro acaba por desconsiderar não só os processos de formação desses povos, como também o processo de formação do próprio povo brasileiro, que é um processo antropofágico, de junção de vários outros povos e culturas e que está localizado no agora. O conceito de povo é construído no dia-a-dia.

## **O BRASIL É UM PAÍS PLURI-ÉTNICO, AS PESSOAS ACREDITANDO OU GOSTANDO DISSO OU NÃO.**





27

**ELISA URBANO**

**“O RACISMO  
É TAMBÉM  
UMA FORMA  
DE PANDEMIA.”**

“ Eu sou Elisa Urbano Ramos. Sou do povo pankararu, que fica localizado no sertão de Pernambuco entre os municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá. Sou uma indígena professora, mestre em antropologia pelo programa de pós-graduação em antropologia da Universidade Federal de Pernambuco e atualmente estou coordenadora do departamento de mulheres indígenas da APOINME, a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

Também atualmente estou membro do Conselho Estadual de Direitos da Mulher e também faço parte do da missão permanente de mulheres rurais de Pernambuco representando a rede de mulheres indígenas do estado.

O povo pankararu, na sua origem, está localizado em Pernambuco, mas nós temos pankararu em todo o Brasil.

Então, eu sou uma mulher indígena, me considero feminista, apesar da expressão feminismo indígena ser carregada de contestações. Mas, do ponto de vista acadêmico, eu tenho uma definição para palavra e um estudo também. A palavra feminismo ela se transforma em apenas um vocábulo, quando vai se estendendo nas varias especificidades dos povos, como no feminismo negro, comunitário, e a gente para de se remeter ao feminismo branco, europeu.

Apesar do movimento indígena dizer que não existe feminismo indígena, eu posso dizer que existe porque já fiz um estudo e uma pesquisa sobre o assunto. Enquanto a academia se recusava a falar do assunto, devido à afirmação do próprio movimento –recentemente eu participei de uma live, e nela eu disse que o movimento indígena fala tranquilamente do machismo -, por que não falar do feminismo e sua especificidade, na sua maneira de acontecer?

Mesmo assim o movimento de mulheres indígenas não comunga com nenhum tipo de violência contra mulher, seja qual for o seu pertencimento, bem como não comunga com violência nenhuma contra qualquer outro grupo social.



Elisa Urbano Ramos



“ Eu cresci criança aqui no território **pankararu**, que possui longa história de mulheres na liderança. Eu vi energia elétrica pela primeira vez aos 15 anos de idade. Eu tive uma infância convivendo com figuras emblemáticas, porque eram mulheres da tradição, parteiras, rezadeiras, profissionais da educação e da saúde, caciques, pajés. Mulheres que lideravam no sentido de serem ouvidas, de terem uma voz, não apenas no território pankararu, mas especialmente quando passei a exercer a profissão de professora e a conviver com outros povos.

Do ponto de vista da cosmovisão indígena, as mulheres são também detentoras e guardiãs dos saberes tradicionais, da medicina, da relação com os seres sagrados. Isso é o que me faz afirmar a equidade de gênero a partir desse saber sagrado.

O que me faz falar de equidade de gênero é a partir desses princípios da mãe natureza, que algumas lideranças nossas mulheres, como a cacique **Dorinha Pankará**, vai dizer que ela é cacique porque a mãe natureza a escolheu.



Dorinha Pankará  
Foto: Eric Gomes

Isso significa que as pessoas, ao se tornarem lideranças, capazes de conduzir o povo ou de serem intermediárias entre o poder público, a cidade e a aldeia, ter voz e serem ouvidas, é algo que acontece naturalmente, participando dos espaços públicos, em principio na aldeia, dos rituais sagrados, das assembleias, seja como ouvinte, seja na cozinha.

A cozinha, por exemplo, é um espaço político muito forte, que, ao contrário da sociedade não-indígena, em que a cozinha é um espaço de subalternidade, para os povos indígenas, a cozinha é um espaço de fortalecimento, de aprendizado, e que é importante.

Esses espaços fazem parte do território, e aí eu vou a falar de terra-território, da sua importância para os povos indígenas, para a vivência do coletivo. A terra é um espaço geográfico, ela tem medidas, mas o território é mais que isso. Para nós é o espaço sagrado onde moram os seres invisíveis e os visíveis. É importante porque não é apenas uma fonte, uma pedra, uma serra, uma árvore, mas por ser um espaço sagrado, morada dos nossos antepassados, é local de cura, tem toda essa importância. São espaços que congregam a história do nosso povo, dos nossos antepassados, bem como os ensinamentos que foram deixados.



Os Pankararu em cerimônia sem seu espaço sagrado.

Então, nesse momento em que homens e mulheres são guardiões desses saberes tradicionais, e que passam essa educação para os mais jovens, eu falo de equidade. Uma equidade dada pela natureza, diferente da equidade conhecida pelas pessoas e que é dada pelo homem, que vem depois do sagrado. É com essas mulheres que eu convivi e passo a observá-las.

No mestrado, eu era a mais velha. Mas esse tempo foi importante para eu observar e compreender as desigualdades e injustiças contra as mulheres. Inclusive testemunhar atitudes de violência.

Eu tinha essa curiosidade de que a academia ia me fazer entender a gênese, o princípio. Eu não entendia a violação e a negação de direitos contra os povos indígenas e contra as mulheres, a partir das atitudes, das ações que eram feitas, seja por parte de pessoas, seja por parte do poder público. Eu queria procurar a gênese, o início, para mim existe o motivo anterior à ação.



“ O movimento indígena ficou chocado com a declaração do ministro [Abraham Weintraub]. A fala ‘eu odeio povos indígenas, eu odeio o termo povos ciganos’ me chocou, mas ao mesmo tempo não, porque ele apenas revelou uma verdade que pertence a ele. Ele é racista. Ele apenas fez uma afirmação verdadeira da parte dele. Eu penso que para nós do movimento indígena foi um momento de ficarmos alertas e termos a certeza de que, a partir daquela fala, existe a negação e a violação de direitos.

Com certeza no Ministério da Educação não haverá espaço para respeitar a educação escolar indígena específica e diferenciada. Bem como quando ele fala ‘o povo brasileiro’, talvez ele queira fazer referência à falsa democracia racial. Nós sabemos que esse povo homogêneo brasileiro tem outra cara.

Eu vou buscar na definição de racismo, que eu entendo como um sistema, e é um sistema, porque o **racismo** ele se define como um **grupo de pessoas** que se sente **superior** a outros. E esse racismo ele **tem cara**, esse racismo é **branco, hétero, masculino, capitalista, cristão**. Portanto, essas pessoas que se concentram nesse grupo não vão considerar a diversidade, não apenas de pessoas, mas a diversidade de formas de viver. E aí eu passo a pensar o conceito de povo. Não o significado da palavra, mas o conceito enquanto modo de vida.

Então, o que é um povo? O que é o povo pankararu, cigano, quilombola? Eu busco os meus ensinamentos de criança, que é **a forma de viver coletivo do meu povo**, de se alimentar, de viver nos seus sistemas de saúde, de educação e de convivência.

Temos, hoje, centenas de povos indígenas, tradicionais, com os seus conhecimentos, com sua forma de conviver. E nós vamos enfrentar o racismo, um outro sistema, que se julga melhor enquanto pessoas e no direito de exterminar todos e todas que são diferentes das suas características. E vai fazer, no limite, com que esse sistema racista se autodenomine como ‘povo brasileiro’, o único povo.



“ Vamos pensar nessa pandemia.

Nós, povos indígenas, não estamos pensando apenas na pandemia da Covid-19, mas no conjunto de outras pandemias, como o racismo.

## **O RACISMO É TAMBÉM UMA FORMA DE PANDEMIA.**

Várias lideranças indígenas têm discutido essa pandemia em relação aos povos indígenas, que vão fazendo reflexões e chegando a algumas conclusões. Uma delas é a de que essa pandemia não é única. Atrelada a ela tem o racismo, declaradamente contra os diferentes dos vieses e costumes europeus que forma o ideal único de ‘povo brasileiro’.

O preconceito é covarde, mas não é mais silencioso, como antes. Antes nós tínhamos que perceber nas entrelinhas, hoje ele está nas linhas e desenhado.

A covid-19, portanto, é um elemento novo no nosso cotidiano indígena, estranho, que faz parte um outro sistema. Nós temos o nosso próprio sistema de saúde, para além do SUS, de cura com ervas medicinais, com água, com alimentos, com rezas, com a comunicação com os espíritos sagrados, com os seres invisíveis e com a mata.

Historicamente, nós nos deparamos com outros sistemas, se for pensar, por exemplo, nas doenças trazidas pelos europeus quando chegaram ao Brasil, que conjugadas a outras violências, exterminam as nações indígenas inteiras.



Povo indígena Tapeba estabeleceu barreiras para proibir a entrada de pessoas nas aldeias, em combate a disseminação de Covid-19.



“ Eu não sou apenas a Elisa. Eu sou meus pais meus avós, meus antepassados. Não sou apenas um corpo que fala. Eu sou um corpo coletivo. Eu sou uma espiritualidade. Eu trago comigo os ensinamentos, os saberes, eu sou um coletivo que transmite e recebe conhecimento. Eu tenho uma relação de pertencimento com o meu povo.

Eu coloco a espiritualidade em primeiro plano, porque eu sou um corpo que vem de uma espiritualidade, de um território com suas histórias, com seus ensinamentos e com outras pessoas já invisíveis, mas que existem e que estão aqui conosco.

Eu não sou apenas Elisa. Eu sou um coletivo. Os meus parentes são um coletivo.

Esse outro povo, que se julga o povo brasileiro, não quer compreender e aceitar essas formas de convivência, essas organizações sociais próprias, esse projeto de futuro, esse projeto societário de convivência, esses sistemas nossos de educação, saúde e hierarquias.

E com isso temos nossos territórios e direitos constantemente violados, desrespeitando nossa mãe-terra. Há uma autorização, um consentimento para invasão.

Eu sou um coletivo. Sou meus antepassados, suas histórias e conhecimentos, sou meu território, sou pankararu, mas também sou sertaneja, pernambucana e brasileira.



Os Pankararu em cerimônia sem seu espaço sagrado.

“ No Brasil, não é permitido usar a palavra nações. Em outros países, como **Bolívia** e **Colômbia**, há governos autônomos e eles utilizam a palavra nação, formando estados plurinacionais. Aqui no Brasil essa palavra é crime. Então, eu afirmar que sou da nação pankararu, embora eu seja da nação pankararu, é crime. Mas nós temos nações indígenas, que para a legislação brasileira não são autônomas.



Respeitar a autonomia desses povos, não significa romper com o estado. Na Bolívia, por exemplo, o povo **aimara** não deixa de ser boliviano por ser reconhecido e legitimado. A minha origem, a minha história, minha ascendência, é pankararu.

Quando o outro nega esta minha identidade étnica, em nome de uma forma tradicional histórica antepassada de ser no presente, ele também nega o futuro, que nós entendemos como descendência, ele nega continuidade. E negar a continuidade significa exterminar.

O **extermínio dos povos indígenas** foi feito de várias formas. Nunca se matou tantas lideranças e nunca se invadiu tantas terras indígenas como nos últimos 2 anos, por exemplo. E uma das formas de extermínio é exatamente o apagamento das identidades, o apagamento da memória. Isso vai estar, por exemplo, na literatura. Quando eu penso literatura indígena, ou literatura sobre povos indígenas, vai haver um apagamento do passado e do presente também.

A nós, acadêmicos e lideranças indígenas, nos pertence dar essa continuidade.

A legislação anterior a 1988 tem no espírito claramente o apagamento desses grupos sociais étnicos e o apagamento da memória. Os livros didáticos apagam a nossa existência. A academia também apaga, ao mesmo tempo que nós estamos lá presentes escrevendo nossa história.

Indígenas antropólogos estão se posicionando e se colocando, bem como outros acadêmicos e pesquisadores, colocando o pé com firmeza e dizendo ‘nós estamos aqui né nossa história não é tal qual vocês contaram. Vocês contaram nossa história nos apagando, mas nós estamos presentes’. E essa presença precisa ser firmada, não apenas a presença indígena, mas a presença quilombola, cigana dos povos de terreiro e outros coletivos.



**35**

**FABRÍCIO LYRIO**

**“O QUE TEM QUE SER  
UNIVERSALIZADO NÃO É  
UM IDEAL DE POVO, MAS O  
ACESSO À CIDADANIA.”**

**Fabrício é historiador**, mas isso com uma certa licença poética, porque o presidente vetou um PL que tramitava há décadas no Congresso regulamentando a profissão. Assim, ele se coloca como historiador e como professor de história.

É **capixaba**, mas foi para a **Bahia** jovem fazer a graduação na **UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Homem de boa índole que é, tornou-se torcedor do Esporte Clube Vitória. Fez a graduação em história e lá também concluiu seu mestrado e doutorado. Teve a oportunidade de desenvolver também um estágio de pós-doutoramento na **Universidade Nova de Lisboa** em 2015, e desde o tempo da graduação tem se dedicado à **pesquisa** em torno de um processo de **colonização** do Brasil pelos portugueses e particular **atuação da Igreja Católica** através das missões e do processo de catequização dos povos indígenas.

Com isso, foi também se especializando na área de história dos povos indígenas no Brasil, buscando recuperar os processos históricos que envolveram esses povos que já eram originários nesse território antes dos colonizadores chegarem e contar a história do Brasil de um outro ponto de vista, rompendo com essa narrativa tradicional que o **Ailton Krenak** chama de historinha para criança.



“ A questão central para a definição de povo é que esse agrupamento de pessoas se defina como povo. Porque do ponto de vista histórico, não existe um conteúdo específico em torno da palavra povo, que ao longo da história vai adquirindo significados completamente diferentes. Eu, enquanto historiador, não posso atribuir a nenhum grupo a categoria de povo a menos que ele se defina como tal. Parte, então, de como essa coletividade se enxerga e se articula, por meio de seus relatos orais, escritos, a sua própria forma de contar a história. Há, portanto, uma definição a partir de identidades coletivas, e essas identidades vão adquirindo diferentes significados.

Uma das características de qualquer processo identitário é que eu me defino como eu em função de alguém que eu defino como outro. Então a identidade é sempre relacional.



Sobre o Brasil e a chegada desses navegantes europeus, os portugueses quando chegaram aqui ao litoral brasileiro eles já tinham quase um século navegando pelo Oceano Atlântico, já tinham conquistado **Ceuta** em 1415, conheciam o litoral africano, já transportavam pessoas escravizadas. Lisboa em 1500 já tinha todo um comércio onde se comprava e vendia pessoas escravizadas.

Mas quem são esses portugueses? Eu posso chamar esses portugueses de povo?

Portugal nasce como Reino de Portugal, muito favorecido pela condição geográfica favorável oferecida pela **Península Ibérica**. Ali naquele espaço você tem como colocar três processos que se sucedem ao longo de vários séculos.

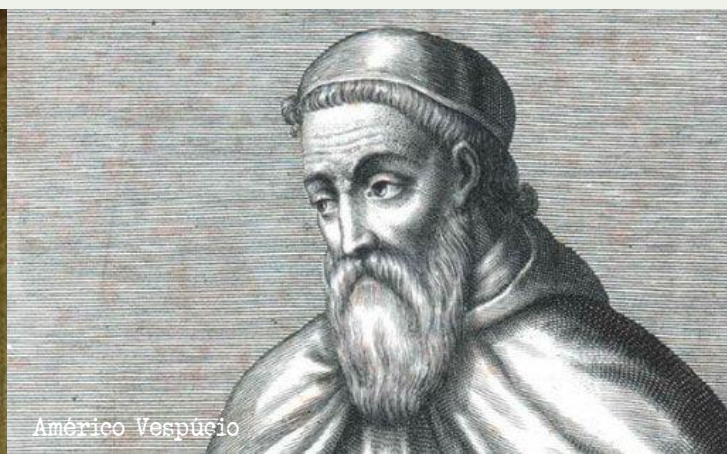
O primeiro é a ocupação romana. A expansão do Império Romano vai chegar à região, chamada por eles de Ibéria. Depois, você tem um processo de conquista muçulmana. E depois tem um terceiro momento, dentro do feudalismo, em que se começam a se organizar reinos neste território ibérico, e Portugal é um destes reinos, que adquire uma certa consciência enquanto tal.

E o que vai definir uma **identidade nova**? A **religião**, o **cristianismo**, que se separa fundamentalmente dos mouros. Sequer ainda se tinha um idioma estabelecido. O grande monumento idiomático português, Os Lusíadas, de Camões, é bem posterior. Ali, então, você tem uma identidade cristã que se fortalece no enfrentamento ao islamismo. E se inicia então um processo de retomada de territórios que na historiografia é chamada de 'reconquista'. E o próprio termo 'reconquista' remete a um direito adquirido, e isso é uma construção narrativa.

Quando se tem impulso as navegações, quem entra nos navios é gente de várias partes da Europa. **Cristóvão Colombo** navega sob a bandeira da coroa espanhola. **Américo Vespúcio**, que alegadamente batiza a Baía de Todos os Santos e contorna o litoral brasileiro, é de origem italiana, e ainda nem se tinha Itália. Os relatos da época foram escritos em diversos idiomas, contando as interações com os povos indígenas no novo território.



Cristóvão Colombo



Américo Vespúcio

A caracterização de povos é, neste momento, muito fluida, sem uma consistência. Porque essa ideia de uma identidade mais robusta vai surgir bem depois, no século XIX, com as noções de identidade nacional. Esse português que está colonizando essas terras se vê como súdito do **Rei de Portugal**, não como elemento de um povo, mas de um subordinado.

Do lado indígena, é mais complexo, porque você vai ter ali populações que vão compartilhar elementos culturais e linguísticos, mas essas coletividades não se entendem como um povo naquele momento do século XVI. Pelo contrário, eles fazem guerra uns com os outros e no primeiro momento que chegam os colonizadores portugueses, esses povos se aliam com os estrangeiros para poder derrotar o outro grupo com o qual estava guerreando antes.

Você vai ter toda uma dinâmica de povos que estão buscando a melhor vantagem, numa dinâmica cultural de guerra constante, mas não uma guerra de conquista, não era uma guerra de extermínio. Um grupo indígena não guerreava com o outro para eliminar aquele grupo, para conquistar o território. Essas guerras têm uma lógica cultural, da vingança, do ritual, da valentia, que é a forma também como esses grupos escolhiam suas lideranças. A guerra cumpre também essa função social.



Foi, então, **vantajoso para os portugueses** encontrar povos que não tinham uma identidade fixa e que estavam dispostos a lutar ao lado dos portugueses, a depender da guerra que seria travada.

Em contrapartida, isso **impediu que os portugueses** fizessem no Brasil o que os espanhóis fizeram, por exemplo, no México. Os cronistas se queixavam muito dessa fragmentação política dos povos indígenas, porque se, por um lado, isso poderia enfraquecê-los, por outro era muito difícil para quem estava chegando saber onde atacar primeiro.

Na realidade o processo de colonização é um processo que durou muito tempo e é o que a gente chama no livro, que eu e Felipe Milanez estamos escrevendo, de guerra de conquista, que é uma coisa que não acaba nunca. Porque esses povos se fragmentam, se recompõem, recuam para o sertão e depois tentam regressar ao território, e esse é um movimento constante que dura até hoje, a exemplo do sul da Bahia.

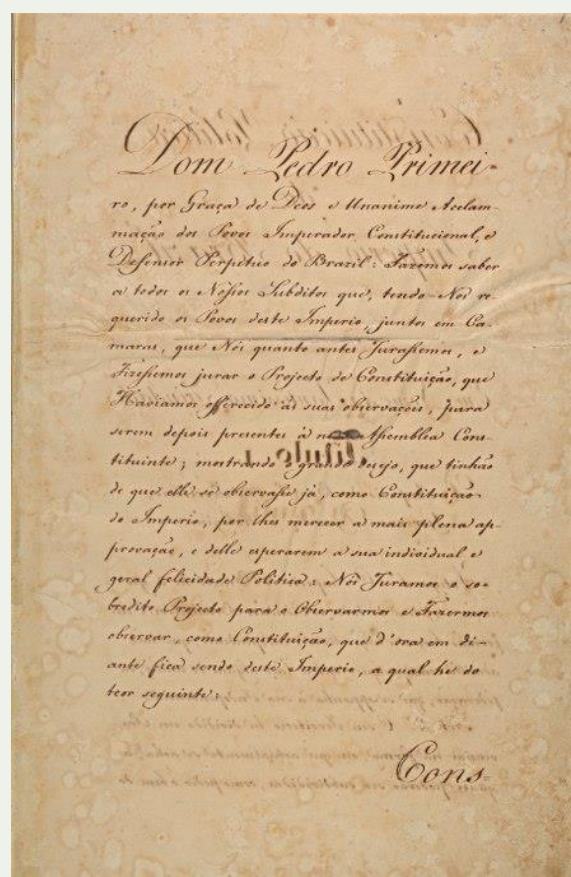


“ A narrativa das identidades no Brasil, a partir do século XIX, é incompleta. Quando você constrói uma narrativa que tenta trazer uma ideia de povo da qual você exclui mais da metade das pessoas que estão no território, como é o caso das pessoas escravizadas, e você exclui uma população que não se reconhece como pertencente a esse território que são os povos indígenas.

Até o momento em que ocorre a **separação de Portugal**, você tem um país que surge, mas que não tem povo. Tem uma elite política que se articula pra poder estruturar esse país que nasce naquele momento, mas que não tem uma dimensão nem perspectiva de unidade e de identidade. Então, em vez de construir uma identidade, optou-se por inventar uma unidade e passar 200 anos, até os dias de hoje, repetindo que ela existe. A ideia de um povo nunca existiu para além dessa narrativa. E isso é um duplo golpe.

É um duplo golpe porque é algo que não se tentou construir na prática uma identidade e ao mesmo tempo se tenta impor a todo custo a partir de uma narrativa que a gente poderia dizer que foi construída com essa finalidade, dentro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro. Apesar da importância do instituto em muitos campos, o modelo de identidade nasce para dar essa unidade que não existia e que não passa a existir a partir de uma narrativa. Sobretudo uma narrativa que propõe uma identidade que não é inclusiva. Você não constrói uma unidade simplesmente amputando o corpo social, elegendo um determinado grupo e excluindo os demais.

A **primeira Constituição** brasileira, de **1824**, não tem uma linha que permita pensar na inclusão de escravizados e seus descendentes e os povos indígenas. Nos debates da constituinte surgiram propostas para abordar essa questão, e já naquela época se fazia uma separação do que seriam povos indígenas aculturados, que eram os que tinham sido catequizados, e os povos selvagens, que tinham pouco ou nenhum contato com a sociedade que estava se organizado em torno de um estado central chamado Brasil. Debateu-se bastante o tema e se chegou à definição de que os negros escravizados poderiam ser brasileiros se nascessem aqui, mas não seriam cidadãos. Os indígenas, por sua vez, não poderiam ser considerados nem cidadãos, nem brasileiros.



Esse silenciamento oficial dura até o século XX.

E quem entra tardiamente na narrativa oficial é um índio que não existe mais. Um índio que aceitou a presença do missionário e se tornou católico. E estabelece a ideia de transitoriedade, de que o índio é alguém que ainda não virou branco. Por isso, ele vai ser sempre encarado como ser incompleto, que se completa quando se transforma no padrão esperado e idealizado de povo. Quando as comunidades indígenas se afirmam como povos, é uma resposta a esse processo. Se há um processo em curso que diz que eles não existem, eles se estabelecem, numa afirmação mais existência que de resistência.

“ A declaração de ódio aos povos indígenas e de exaltação de um ideal de povo brasileiro seria apenas digna de desprezo, se não viesse de alguém que ocupa um cargo da importância de **ministro da Educação**. A afirmativa acaba se revestindo de importância porque não foi dita numa conversa de bar, foi dita por um ministro de estado numa reunião oficial e não foi contradita por ninguém.

Essa afirmação faria todo sentido no século XIX, mas dita hoje, percebe-se como esse sentimento perdura e se reproduz. E isso só ocorre quando há elementos interessados nessa reprodução. O racismo não perdura por inércia. Não há inércia na história. Então esse discurso ele vai sendo retomado, num evento que não acontece somente no Brasil. A Europa passa por esse processo também, normalmente por regimes autoritários, que reiteram essa ideia de um povo unificado para transmitir uma ideia de coesão grupal.





Odiar a expressão ‘povos indígenas’ denota um profundo desconhecimento de algo que tem validade internacional, que é usada pela **Unesco**, pela **OIT**, nos documentos que o Brasil é signatário e que têm valor de lei. Externar esse pensamento é também afrontar a **Constituição Federal** de 1988 nos seus artigos **231** e **232**. E ao afirmar que a unidade de povo brasileiro ou é aceita ou se abandona o país, denota uma integralmente falsa concepção de unidade.

Não se tem um projeto de unificação; tem-se um projeto de divisão e exclusão. E muita gente compra esse discurso. Quando se apela ao ideal de povo, se apela a um sentimento de unidade, que mobiliza as pessoas, vide casos de Copa do Mundo, de Olimpíadas. E as pessoas temem abrir mão desse sentimento, porque ele traz consigo uma ideia de segurança, de proteção por fazer parte de um grupo, mesmo que ele seja ilusório.



Foto símbolo da incivilidade e da raiva segura no efeito manada no impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff

Mas os indígenas não querem isso, essa submissão, e provam na história que a convivência com o diferente é possível e atuam em conjunto para a preservação de elementos mais importantes, como a natureza, apesar das diferenças linguísticas, de costumes, de modelos organizacionais, de culturas que são arranjos de sobrevivência e vivência no mundo. O que difere da lógica colonialista, que se apropria daquilo que lhe interessa e elimina essa alteridade, numa ação essencialmente extrativista.

Os indígenas são uma demonstração clara de que é possível ter vários povos convivendo dentro de um mesmo povo, de uma mesma nação.

**O QUE TEM QUE SER UNIVERSALIZADO NÃO É UM IDEAL DE POVO, MAS O ACESSO À CIDADANIA.**

42

## **FELIPE MILANEZ**

**“A QUESTÃO DA  
SIMPLIFICAÇÃO DA IDEIA  
DE POVO É UM PROJETO DE  
PODER, É UM PADRÃO DA  
COLONIZAÇÃO.”**



Felipe não tem papas na língua. Colunista do Mídia Ninja e da Carta Capital, é um **ecologista político** que não tem medo de dizer as coisas como pensa.

Conversei com ele em 16 de junho, quando ele externou quais as suas maiores preocupações com as ações ofensivas do governo e como a pandemia pode ser especialmente severa nas comunidades indígenas.

“ A covid, não é tão letal, mas ela chega e se espalha muito rapidamente. Já tem caso hoje de aldeia que tá 80% contaminada. Tem uma aldeia caiapó em que eu trabalho muito próximo, no Pará, que fizeram 62 testes e 51 deram positivo. Não tem nenhum caso grave nessa aldeia, mas tem uma outra em que uma senhora de idade morreu. O problema é que é uma doença que mata velhos. E quando você perde essas pessoas, você perde a história, pajés, líderes... Acabou de morrer um líder **macuxi** no **circum-Roraima**. O **efeito político do covid** é **devastador** com relação aos **povos indígenas**, como também é para os **quilombolas**.



Líder macuxi e professor Fausto Silva Mandulão, morto pela Covid-19 em 3 de junho de 2020.  
Foto: página pessoal Facebook

O impacto dessa pandemia é um **genocídio** porque tem um interesse de provocar essas mortes.

Hoje está em discussão o PL 1142 para alocar recursos e ajudar os povos indígenas e quilombolas, mas o governo federal não quer aprovar isso porque vai gastar dinheiro. Mas com 10 mil reais você compra 2 compressores de ar e coloca numa aldeia, podendo salvar a vida de 8 anciãos. Eu doaria o meu salário de um mês como professor para salvar a vida de um velho indígena.

“ A fala de ‘odiar povos indígenas’ não está isolada, não é um puro ódio. Ela está relacionada diretamente com o Guedes, Teresa Cristina, Salles e a Damares. Essas falas compõem um todo para entender o que o governo Bolsonaro está fazendo com os povos indígenas.

O Salles fala que é um bom momento para ‘passar a boiada’. E o que a boiada quer fazer? Explorar o agronegócio, capital financeiro e mineração. É uma venda dos recursos naturais do Brasil para o exterior. É uma mentalidade colonial absurda. E como na história do Brasil, eles ganham dinheiro só na transação. Tem um componente econômico, portanto, que está por trás da fala racista. E a Damares enxerga que está tudo bem porque há um propósito maior de evangelização dos indígenas, e ainda acusa os índios de estarem se matando para prejudicar o Bolsonaro. Há uma harmonia de ideias, uma composição neo-fascista.



Ricardo Salles, ministro do Meio-Ambiente.  
Foto: Fábio Pozzebom | Agência Brasil

---

“ A ideia de que só existe um povo aqui no Brasil, remete a um passado mítico e que projeta um futuro adorado, com um messias, e isso é feito a partir do extermínio de toda diferença. Essa reunião ela desenha a estrutura genocida que está em marcha nesse momento.

São 300 indígenas mortos no Brasil por Covid-19. É quase o mesmo número de mortes totais na Argentina! É uma loucura. E como a doença chegou nessas aldeias isoladas? Há casos que indicam em que foi levada por agentes do governo federal, por omissão, com agentes de saúde que não respeitaram a quarentena. Isso aconteceu, por exemplo, na aldeia aukre do povo caiapó, aconteceu em 5 aldeias do povo kanamari, no Vale do Javari, aconteceu numa aldeia tirió, no Parque do Tumucumaque.



“ Quando morrem os anciãos, não se abre apenas espaço para evangelização. É mais fácil negociar a exploração da terra, a extração de madeira. Perde-se toda uma estrutura ritualística.

Há um caso emblemático. Povos indígenas entraram com uma ação para proibir a entrada de integrantes da **New Tribes Mission** – braço da evangelização forçada patrocinado pelo governo federal e sob regras da ministra Damares

–, como prevenção à entrada da Covid-19 no seu território. No processo, o advogado escreve que ‘os povos indígenas não podem estar à mercê de lunáticos que estão em contato direto com o criador’.



Por trás dessa instituição evangelizadora tem muito dinheiro, boa parte oriunda de doações vindas dos EUA. Então tem muitos interesses envolvidos. Não é simplesmente ir lá e convencer alguém. Quando se chega a uma aldeia de helicóptero, levando coisas que as pessoas precisam, como aspirinas e instrumentos, e dizem ‘eu te dou se você rezar um Pai Nosso’, há um desequilíbrio de poder. Depois, uma vez convertido o povo, fica mais fácil para levar pecuária, usina hidrelétrica, madeireira, garimpo, tudo que vem junto com esses missionários. É um crime contra a humanidade!

Não há problemas em professar a fé. Mas invadir a terra indígena não é questão de fé.

O território indígena é mais complexo até mesmo que a concepção de sagrado. É mais profundo. É ontologia: é um universo diferente. Os rios, as árvores, as serras são sagrados. No candomblé também há árvores sagradas. Mas para os indígenas é ainda mais forte. Todos os sapos para os pankararu são sagrados. Eles fazem uma dança para os urubus que é linda. Para eles, os urubus são como gente.

A dimensão entre o que é o que não é humano tem um caráter diferente no território indígena, que não dá pra dizer o que é ou não sagrado. Excede esse conceito, está numa dimensão de pós-humanidade.

“ O ataque de Weintraub já vem de muito tempo. Eu, como professor, sofro com as suas palavras. A UFBA, por exemplo, tem um dos melhores reitores do Brasil, João Salles, uma figura humana excepcional. Mas isso não impede que ele seja pessoalmente ofendido pelo Weintraub há mais de um ano. Então já estamos acostumados a alguém ter alguém do governo xingando os outros.



João Salles, reitor da UFBA.  
Foto: divulgação

Então, quando ele xinga os povos indígenas, aquilo poderia parecer um simples xingamento desarticulado de algo mais forte. O que me chocou mais naquela reunião foi o Ricardo Salles.

Quando se junta a fala de Weintraub com o Salles, a gente entende por que ele odeia povo, porque ele quer passar a boiada.

Mas tem um outro motivo também. Por que falar de índio? Porque os índios foram para cima dele. As primeiras manifestações contra ele foram feitas por estudantes indígenas em Alter-do-Chão, no Pará. Aquela região tem um dos movimentos estudantis indígenas mais engajados e articulados do Brasil, e que quer reconhecimento de seus povos.

O fundamento de se negar a legitimidade dos povos indígenas está focado também no conflito por terras, em um lugar que fala que essas pessoas não são índias, são caboclas, que não existe mais índio no Brasil. Então, quando Weintraub fala que odeia povos indígenas, ele fala também desses estudantes que protestaram contra ele, e que depois foram ameaçados pela polícia local. Por isso, a fala não me chocou.

A reunião serviu para ver o cruzamento do ódio dele com os outros ministros. Eu defendo desde a campanha que Bolsonaro tem uma proposta de genocídio indígena. E isso acontece não apenas pelas falas, mas pelo sistema que está sendo colocado. E nessa reunião o sistema estava desenhado.

A frase de ódio, em si, serve a este genocídio, à legitimação de um neo-fascismo que quer exterminar o diferente e que remete a passagens históricas como o Integralismo.



“

## A QUESTÃO DA SIMPLIFICAÇÃO DA IDEIA DE POVO É UM PROJETO DE PODER, É UM PADRÃO DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL.

E ela tanto homogeneiza a população e a cultura, quanto a paisagem. É uma simplificação de toda a diversidade. E é também ecológica, quando se pretende substituir floresta por pasto e plantações.

É uma estética contra a diversidade e que compõe todo o momento em que estamos vivendo. É o passo-a-passo de como se constrói uma política neo-fascista. E os indígenas são oposto à unidade, eles são uma máquina de produzir diferenças.

Há uma situação básica que diferencia o neo-fascismo americano daquele visto na Europa. Tanto no Brasil quanto nos EUA, nós temos os invasores se dizendo proprietários da terra e da cultura, transformando os povos originários em estrangeiros em seu próprio território.



Apoiador de Bolsonaro envolto em bandeira associada ao neo-fascismo e neo-nazismo ucraniano durante manifestação em São Paulo.

Esta fundamentação ocorre também na distorção do marco temporal da Constituição de 88, que se os indígenas não estivessem na terra demarcada naquele momento, ele seria invasor, sendo que ele foi expulso de sua terra pelo colonizador que agora ajuíza ação para oficializar de vez a tomada de posse de terras indígenas, sem assumir a violenta história pregressa. Então, para conseguir imaginar um futuro diferente, inventa-se um passado heroico, como os bandeirantes, e tenta inventar um povo que não é único, é intercultural, é plurinacional.

No fim, eu percebi o impacto das diferenças indígenas quando morei na França. Porque num pequeno espaço territorial, tem tantas nações, línguas e culturas diferentes. Mas ainda assim é uma fração da diversidade que vemos no Brasil.

E isso afeta outros pontos, como a diversidade ecológica, que é estimulada e promovida pelos indígenas. Muitos dos alimentos que são base da alimentação mundial vêm dos indígenas.

48

**FRANCISCO**

**CANCELA**

“A CONSTRUÇÃO  
DO POVO BRASILEIRO  
É ABSTRATA.”



Francisco um historiador da **Universidade do Estado da Bahia** (UNEB), campus 18, em Eunápolis. Tem formação total na área da História, graduação mestrado e doutorado em história social do Brasil pela UFBA. No seu trabalho, pesquisa especificamente sobre a trajetória dos povos indígenas no extremo sul da Bahia, no que formava, no período colonial, a antiga capitania de Porto Seguro. A sua pesquisa tem sido a de tentar identificar como os povos indígenas, que eram muitos nessa região, como os **pataxó**, os **maxakali**, **krenak**, **botocudo**, **tupiniquim**, dentre outros, estabeleceram políticas para se relacionar com a sociedade portuguesa. Na medida em que o estado português elaborava sua política indigenista, é possível identificar que os povos indígenas elaboravam estratégias para poder se relacionar com a sociedade envolvente. Ele, então, tenta, nessas pesquisas, destacar este protagonismo indígena já no período colonial, nessa transição do colonial para o imperial.

Francisco tem também uma atuação na formação de professores indígenas. A UNEB tem um curso chamado LICEEI — licenciatura intercultural em educação escolar indígena— que forma professores indígenas, e é o coordenador da área de história desse curso, que é um dos pioneiros do estado para formação de professores indígenas.

Conversei com ele no dia 15 de junho sobre como o conceito de povos é visto sob o ponto de vista da história.

---

“ Na prática, esse termo hegemônico, a visão hegemônica que tem o termo povo, está muito articulado com o conceito de estado-nação, com a disseminação deste conceito de estado-nação. Então povo é compreendido como aquela população que está subordinada num determinado território a um conjunto de normas jurídicas, legais e ao mesmo tempo compartilham signos culturais como a língua, a religião. Então esse conceito clássico de povo, que é o conceito mais hegemônico, ele não tem uma relação muito direta com as populações indígenas. **As populações indígenas** podem ser muito mais bem definidas como **grupos étnicos** que também compartilham **elementos culturais, atuam e vivem** num determinado **território** e possuem, portanto, línguas e universos religiosos comuns, mas não há essa presença específica necessária do estado para poder definir esse grupo étnico.

Eu acho que a grande diferença é a relação com essa instituição estatal e para os povos específicos aqui dessa região da América do Sul não havia a existência dessa instituição, diferente do que se a gente for olhar outras regiões da do continente americano, em que você tinha estrutura estatal e já tem um outro processo histórico de formação.

Eu acho que em alguma medida a gente usa o termo povos indígenas mais para quebrar o domínio que o termo índio teve na nossa formação histórica. O termo **índio** é um termo **genérico** altamente **eurocêntrico** e tem um impacto muito grande na **homogeneização cultural**. Ou seja, transmite uma ideia de que existe apenas um grupo, um tipo de índio. A gente acaba utilizando o termo povos indígenas para afirmar que existe uma sociodiversidade grande entre esses grupos étnicos. Por exemplo, colocar um maxakali junto com um tupiniquim é a mesma coisa que colocar um inglês junto de um japonês.

Então, em alguma medida, para que a gente consiga desconstruir uso corrente no Brasil do termo índio, optou-se em usar o termo povos indígenas numa perspectiva de afirmar a existência de uma **diversidade sociolinguística** que é característica desses povos e que navega numa tentativa de exigir que esses povos sejam reconhecidos também dentro da sua diferença e que, portanto, sejam assegurados os direitos a esses povos.

Com tudo isso, eu estou querendo dizer que é um recurso de uso do povo, mas muito distante daquele conceito original lá do Estado nacional. O conceito mais coerente continua sendo conceito de comunidades étnicas ou grupos étnicos. Assim, vão se constituir esses grupos a partir da ação política deles, da habitação do determinado território, no compartilhar de signos culturais próprios que marcam os seus traços distintivos.



Índios Tupiniquim do estado do Espírito Santo.



A partir do momento que se afirma a pluralidade dos povos indígenas a gente também aponta para uma interpretação da história que não pode ser linear, que precisa contemplar as especificidades das relações de cada grupo étnico com a sociedade nacional.

Os maxakali vivenciaram uma experiência com os portugueses diferente da dos tupiniquins. Porque embora a colonização fosse a mesma, ou seja, ela tinha os interesses objetivos semelhantes, esses povos interpretaram a presença do outro, do estrangeiro, do europeu a partir do seu horizonte cultural.

Essa trajetória histórica, que é anterior à presença europeia, explica uma série de alianças que foram constituídas. Às vezes as pessoas têm uma compreensão muito restrita do processo histórico e se perguntam por que os tupiniquins se aliaram aos portugueses para poder encampar guerras contra os **tupinambás**. Eles eram inimigos seculares, tinham uma longa trajetória de guerras intertribais. Quando os tupiniquins veem a possibilidade de fechar uma aliança com os portugueses, não há nada de ingênuo nisso. Na verdade, eles interpretam aquilo como uma janela de oportunidade para lutar contra seus inimigos históricos.

Então é preciso, ao destacar essas especificidades étnicas, ou seja, que cada grupo desse tinha sua trajetória histórica, habitavam determinado território, tinham uma determinada compreensão do mundo, a gente está dizendo que para

os processos históricos é preciso levar em consideração esses aspectos, que cada grupo desse possuía uma bagagem cultural, e que essa bagagem foi o elemento de mediação para tentar interpretar aquela novidade que estava colocada, todos nós sabemos, uma novidade muito violenta, com objetivos muito bem definidos do ponto de vista da exploração e expropriação territorial e da mão-de-obra, mas que os indígenas em hipótese alguma foram passivos nesse processo. Eles tentaram interpretar essa experiência a partir do seu próprio ponto de vista.



Nós que escrevemos a história indígena temos um duplo desafio. O primeiro é tentar inserir a presença dos índios enquanto sujeito protagonista da história. Esse é o primeiro grande desafio porque a nossa tradição historiográfica, que é eurocêntrica, sempre concebe os europeus como o motor e sujeito da história. O segundo grande desafio é o de tentar escrever essa história a partir da perspectiva indígena. É de fato um grande desafio este segundo, porque o exercício historiográfico depende do diálogo com as fontes, das evidências do passado para que a gente possa recompô-las.

E qual é o grande problema desse ofício historiográfico? É que a tradição europeia de se produzir o conhecimento histórico, sobretudo a do século XIX, e que se tornou hegemônica no mundo inteiro, é de que a história mais verdadeira é aquela que é embasada em documentos escritos e oficiais. Se a prova da história é um documento escrito oficial, os povos indígenas, do que veio a se tornar o Brasil, por serem povos ágrafos, eles não teriam condições de entrar na história. Inclusive a tese que foi formulada oficialmente pela historiografia brasileira no século XIX, sobretudo por um historiador do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro chamado Francisco Adolfo de Varnhagen, que escreve o seguinte trecho no primeiro livro acadêmico sobre a história geral do Brasil: “dos povos indígenas não é possível se falar de história; só é possível se fazer etnologia.”



O primeiro prédio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

E por que que ele partilha desse princípio? Porque como ele era um historiador positivista, em que é preciso ter as fontes, o documento escrito oficial não tinha condições né de você pensar em falar de uma história indígena.

O que nós historiadores temos produzido sobretudo depois da década de 1970?



A gente tem lido a documentação escrita a contrapelo. Ou seja, a gente tenta encontrar num documento escrito por um jesuíta com a presença da voz indígena. Ao mesmo tempo a gente faz um cruzamento de fontes, utilizando outro tipo de evidência que não apenas o documento escrito e oficial, como evidências arqueológicas, linguísticas e um conjunto de outras informações que pode contribuir para a gente compreender a atuação desses povos na relação com os europeus e, nesse sentido, a gente construir uma nova leitura da nossa trajetória histórica que leve em consideração repensar também a prática da feitura, do modo de se fazer a história.

Necessariamente, quem faz história indígena faz um exercício interdisciplinar. A gente precisa entender outros elementos para dar conta de superar um procedimento metodológico que é típico desta disciplina que ganha força no século XIX.

Não é que esses povos não tinham história, é que a historiografia produzida no Brasil, sobretudo a historiografia nacional construída no século XIX, tem o objetivo de afirmar o estado brasileiro independente, que ela via a necessidade de afirmar o Estado nacional.



Francisco Varnhagen

Isso significa que esta instituição faz toda a produção historiográfica a partir de uma tradição europeia clássica. **Varnhagen** vai dizer que muito mais importante na nossa formação é a herança europeia. A ideia é construir o povo da nova nação, e esse povo precisa ser um povo homogêneo.

Até a década de 1970, quem falava sobre índios eram os antropólogos. Nós, os historiadores, não tratávamos dessa temática. Então é, de fato, uma nova tendência já consolidada, dentro do nosso ofício, da Associação Nacional de História, a gente já tem um grupo

permanente de estudo chamado índios na história. Ou seja, a gente tem hoje um acúmulo dessa nova perspectiva de tentar reinterpretar a formação histórica do Brasil, dando vazão a este protagonismo indígenas e tentando, ao mesmo tempo, construir as narrativas a partir da perspectiva desses povos.

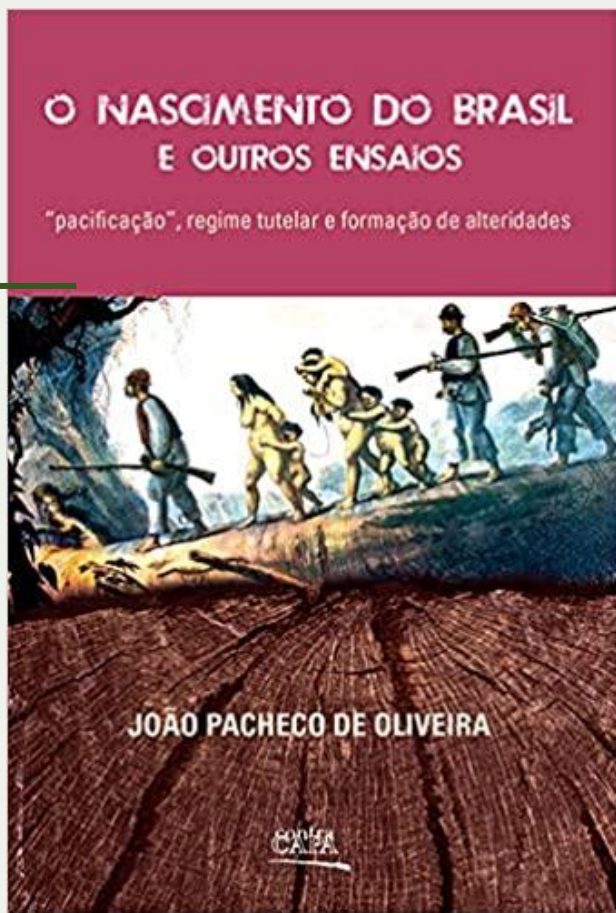
Na prática, o que havia era uma perspectiva de **dualidade** entre **civilização** e **barbárie**. O que a gente ouve na fala do Weintraub e na fala de Bolsonaro quando tratam dos povos indígenas é a retomada de um discurso e de uma prática indigenista que está assentada no período colonial e, sobretudo, no século XIX. É um discurso assimilacionista que volta com muita força.

A gente teve pela primeira vez na Constituição de 1988 uma virada na política indigenista no Brasil. Nela, apontou-se a possibilidade dos índios se manterem enquanto índios. Porque toda as Constituições anteriores e toda a ação dos Estados nacionais, supunham incorporar de forma forçada os indígenas à sociedade nacional. A prática de assimilar esses índios é tanto racista quanto extrativista, de expropriação do território.

Quando o governo atual defende a liberação da mineração nas terras indígenas, o argumento é esse, de que os índios precisam entrar na sociedade e a gente precisa garantir isso para desenvolver a nação. Para se construir uma ideia de nação homogênea, dissemina-se uma série de narrativas, tanto do ponto de vista historiográfico, como também da literatura, com surgimento do indianismo, que tem um peso significativo e constrói uma referência indígena, mas de um índio que está morto. Você lê José de Alencar, aquele índio já morreu.

Quando na segunda metade do século 19 o indianismo estava sendo produzido, existiam muitas populações indígenas no Brasil, mas os intelectuais negaram a presença desses povos. Se constrói, assim, uma referência, uma imagem de um índio ideal.

Na contemporaneidade. os índios são, pro governo Bolsonaro, o entrave do desenvolvimento. Eles representam mais uma vez o conflito entre civilização e barbárie. É a retomada de regimes de memória dominantes. **João Pacheco de Oliveira** escreveu um livro que se chama "**O nascimento do Brasil**". Nele, Oliveira apresenta o que chama de regime tutelar, que são alguns elementos que estão presentes na nossa interpretação dos povos indígenas. Então nós enquadrámos os povos indígenas em determinadas arquiteturas de memória e isso vira uma verdade. Assim, um índio de verdade é aquele índio distante, e isso se reproduz na escola com um índio estereotipado.





**Edson Kayapó** diz que o único índio que existe é o metal na tabela periódica. Eu acho essa referência incrível, porque parte de uma liderança intelectual indígena, e porque o que ele tenta afirmar com isso é desconstruir essa ideia genérica de índio.

Esse índio que é concebido como coisa do passado, que vive na mata, mora na oca, fala tupi, adora jaci, se enquadra num conjunto de elementos a-históricos, que não têm mudança histórica, assentada numa concepção de cultura que é extremamente estagnada. Essa construção tem um objetivo muito evidente, que é destituir os grupos indígenas de reivindicarem as suas diferenças culturais.

Conceitualmente, toda cultura se transforma. E em todos os grupos indígenas ao longo desses mais de 500 anos de contato com a sociedade nacional, suas culturas se transformaram. **Não existe uma cultura pura.** A construção de uma ideia de cultura pura tem um objetivo político da dominação, da hierarquização, da exclusão e do impedimento do lugar de fala.

Os pataxó, mais recentemente, vivenciaram uma experiência de retomada linguística. Eles tinham perdido o uso corrente da língua e resolveram, no final da década de 1990, criar um grupo de pesquisadores indígenas e começaram a fazer a entrevista com os anciãos, foram para os livros de viajantes, recompuseram uma série de vocabulários da língua pataxó e recriaram o chamado **patxohã**, a língua **pataxó**. E hoje eles a ensinam nas escolas. As crianças **maxakali** aprendem o português saindo da segunda fase da infância.

As escolas dos territórios indígenas usam como referência a língua para afirmar sua diferença, para afirmar sua identidade, para dizer para o outro que eles são indígenas. Em alguma medida, essa relação da afirmação da diferença é porque o outro, sobretudo o estado, exige que esses grupos apresentem traços distintivos para que eles possam ser reconhecidos como indígenas.

Portanto, há diferenças muito grandes desse arquivo cultural desses grupos na preservação ou não de determinados traços distintivos. Mas o que importa é que esses grupos mantêm, dentro desse território que eles conseguiram preservar, um conjunto de práticas, de valores e de saberes que os caracterizam enquanto indígenas.



Índio pataxó | Olhares.com © Flávia Kretzschmar Pereira

Vale destacar também como a fala maliciosa do Weintraub revela uma estratégia discursiva que é não dar crédito aos grupos indígenas, de colocar suspeição sobre a legitimidade desses grupos. Por isso que eles não são índios, eles são descendentes de índios.

Quebra-se, com isso, uma ideia de que esses grupos teriam o direito de lutar pelo que eles lutam, como a terra, educação e saúde diferenciadas. Nesse tipo de discurso, há o uso de um conjunto de elementos conceituais que estão equivocados e se esquece das trajetórias históricas, se esquece que, em alguma medida, a mestiçagem foi obra da própria imposição colonial. No século XVII, por exemplo, o Estado e vai obrigar os grupos indígenas a se casarem com os portugueses.

No governo do **Marquês de Pombal**, decreta-se uma lei do casamento misto, em que um português que se casasse com uma indígena teria acesso à terra, vaga na Câmara Municipal e honras. Por causa disso, muitos portugueses pobres passam a caçar indígenas para poder se casarem e, com isso, obter esse tipo de benefício. Portanto, a mestiçagem foi uma ação promovida pelo estado.

Ao mesmo tempo, é evidente que há uma estratégia que está em sintonia com o discurso de muitos proprietários de terra. No Sul da Bahia, naquela região do território **Catarina-Paraguaçu**, onde ficam os **pataxó hã-hã-hãe**, é comum os proprietários de terra dizerem que lá estão os índios **'fabricados pelos antropólogos'**.



Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Então o **Weintraub** não fala aquilo de forma **ingênua**. Ele solta naquela frase uma intenção política muito evidente de trazer descrédito às populações indígenas que lutam sobretudo pela demarcação de seus territórios.





## **A CONSTRUÇÃO DO POVO BRASILEIRO É UMA CONSTRUÇÃO ABSTRATA.**

Tenta-se, do ponto de vista acadêmico, enquanto exercício da sociologia, da antropologia, da história, identificar a trajetória e a formação desse povo. Mais todos nós sabemos que não é possível encontrar uma fórmula única descrevê-lo. Nossa formação foi constituída por meio de diferentes grupos étnicos e culturais e isso resultou num povo extremamente diverso. **O que mais caracteriza o povo brasileiro é a diversidade.**

Essa diversidade também é recortada por grandes e estruturais desigualdades, que estão pautadas no processo histórico de formação dessa sociedade que optou desde a origem do estado nacional, no século XIX, a excluir essas populações.

Eu acho que a gente tem um grande desafio ao se pensar a temática da gente retomar a leitura sobre a nossa formação histórica. É preciso repensar os marcos da nossa formação histórica. Não dá para gente novamente repetir o discurso eurocêntrico de que nossa história começa em 1500, porque essa é uma narrativa construída e contada a partir do ponto de vista exclusivo dos portugueses.

Na cidade Porto Seguro, ao entrar na cidade, a primeira estátua que se vê é uma imensa de Pedro Álvares Cabral. A primeira rua em que se vai andar se chama 22 de abril. A outra rua, perpendicular, é a Avenida dos Navegantes, a outra rua é a Pero Vaz de Caminha, a outra é Avenida Portugal. Ou seja, a cidade é embebida de colonialidade. É preciso decoloniar o olhar que a cidade tem sobre si para que a gente identifique e valorize a diversidade cultural desses grupos que formaram Porto Seguro. É uma patrimonialização que é comum a várias outras cidades, que elimina a presença dos povos indígenas, elimina a presença dos grupos africanos, e é uma forma de monopolizar a narrativa sobre a nossa formação.

Então é preciso, ao discutir a ideia de povo brasileiro, reconhecer que a nossa formação foi baseada num processo violento de exploração e de expropriação territorial, porque ao reconhecer isso a gente coloca a responsabilidade no estado de reparação territorial e políticas públicas para a inclusão dessas populações na sociedade. Depois, a gente também precisa reconstruir essas narrativas, repensar a forma de escrever essa história para que a gente possa quebrar de uma vez por todas as ideias de homogeneização que não prestam nenhum serviço para a construção do estado democrático de direito.

**58**

**GOLI GUERREIRO**

**“O CAMINHO É O DE  
BUSCAR UMA LEITURA  
ORIGINAL DO BRASIL, DE  
TENTAR CRIAR MODELOS  
DE PENSAMENTO  
ORIGINAIS BRASILEIROS.”**



Goli Guerreiro é soteropolitana, antropóloga, e se dedico a pensar as culturas negras no mundo atlântico em diversos formatos. Dona de uma energia contagiante, ela conversou comigo no dia 15 de junho e explanou suas visões sobre a formação de povos no Brasil.

---

“

A primeira coisa que me vem na cabeça quando se pensa em povo é **heterogeneidade** e **hibridações**. Um povo, desde o começo dos tempos, se constitui de fragmentos de diversos elementos numa eterna migração. Então são encaixes e possibilidades de gestos, modos, práticas, saberes, linguagens, cosmologias. Quer dizer, um povo implica, necessariamente, multiplicidade. É impossível você constituir um jeito de ser e estar no mundo sem que isso implique diversas combinações, diversas contradições, então heterogeneidade e hibridações é uma forma de definir o que é um povo.

E, no caso do povo brasileiro, a gente está falando de uma incrível heterogeneidade. A gente está falando de centenas de etnias indígenas, dezenas de etnias africanas, etnias europeias e um colonizador português já extremamente arabizado, com 700 anos de encontros, vivências e tensões com o mundo árabe. Então o Brasil ele tem essa característica de ter uma incrível miscelânea, uma composição altamente sincrética, inclusive os ciganos que começam a chegar aqui no século dezesseis. A gente tem oriente, África, Europa, Américas e essa tamanha riqueza e diversidade cultural. Trata-se de um povo altamente cosmopolita, com 500 anos de encontros, mesclas, tensões, conflitos, entre modos de estar e de ser no mundo que foram se processando, de um modo sempre muito dinâmico. A cultura tem essa característica. O povo é uma cultura que é formada por tantos elementos... O mais incrível de estudar cultura é exatamente isso, é porque são todas as dimensões de realidade. Tudo está em nós. mesmo que a gente não tenha a mínima consciência, mesmo que a gente não tenha conhecimento suficiente pra entender essas nuances que vão se manifestar.

Um povo é isso, é essa habilidade de articular, de arrumar, de fazer um arranjo de todas as possibilidades culturais em termos de gestos, modos, linguagens, religiosidades, gastronomias, e mais. Foi assim que que a gente se tornou ser humano, nessa caminhada.



? Goli, você comentou bastante de cultura. Você pode agrupar as pessoas como povo de acordo com similaridades de cultura, mas é claro, é uma cultura que evolui, que se desenvolve, mas você não mencionou em nenhum momento geografia. Hoje em dia tem-se disseminada a ideia de que povo está mais atrelado ao conceito de nação, que ao conceito de cultura. Por que isso ocorre, por que esse embaralhamento de geografia sobre a geografia está tão disseminado atualmente?

“ Uma coisa que está na história humana é a migração. Então o processo cultural é claro que está ligado ao espaço geográfico, certamente, mas ele também vai encontrando muitas outras possibilidades de estar naquele espaço geográfico e ele vai se movendo. **A ideia de deslocamento é muito importante pra gente pensar a cultura.** Então quando a gente pensa, por exemplo, como as dezenas de etnias africanas forjaram esse cosmopolitismo africano no Brasil, vemos que é uma coisa muito rara. Se você for pensar só no Recôncavo Baiano, a quantidade de povos africanos reunidos nesse espaço geográfico, cultural e simbólico, é monumental. Isso é resultado de uma migração que começa lá no continente africano e que atravessa o atlântico, chega nas Américas e vai encontrar o mundo indígena super variado e heterogêneo, mais ciganos, judeus —que se converteram em cristãos novos, mas que mantinham suas práticas—, então há esse cosmopolitismo que se estabelece num determinado espaço geográfico, mas esse cosmopolitismo vai se estabelecer também em outros espaços.

Evidentemente que essa luz e esse sol todo que a gente tem na Bahia, tem uma importância fundamental no nosso de estar no mundo, mas é importante que a gente saiba que esse modo é resultado de traços culturais que se desenvolveram em diversos outros territórios do planeta.

A Cidade do Salvador, representada pelo pintor inglês Augustus Earle (1793-1838), que acompanhava a expedição do Beagle. No alto, vê-se o Theatro São João, que funcionou de 1812 a 1922, no local da atual praça Castro Alves. Embaixo, na parte central da imagem, estão as torres da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, inaugurada em 1765.





? Entrando no tema da migração de povos africanos, que é a sua área de estudo. Desde o início, por conta do processo de escravização, esses povos, essas pessoas que eram extraídas efetivamente de seu convívio, de sua cultura, e eram trazidas a um território absolutamente desconhecido, sem nome, sem sobrenome, sem bandeira, tendo que se submeter a uma nova cultura, uma nova religião. Como se enfrenta esse conceito para manter vivo um sentimento de povo que se baseia numa cultura que foi tão despedaçada nesse processo de arrancamento de um lugar e trazendo para o Brasil?

“ Esse é o melhor da inteligência africana, da inteligência dos povos africanos. Como eles foram capazes de recriar, num contexto tão adverso, sua maneira de estar no mundo. É uma história muito forte de reconstrução de modos. E essa reconstrução passa justamente por esse encontro de dezenas de povos africanos que estiveram e estão aqui, do cosmopolitismo africano de que falávamos há pouco. Isso é fundamental pra entender essa negociação, porque são cabindas... geralmente se fala de bantos e sudaneses, mas dentro disso são dezenas de etnias e essas etnias tiveram contato com outras etnias em África e já vieram com formas altamente sincretizadas de cultuar deuses, de se alimentar... Então é um processo de invenção cultural de grande magnitude, como os africanos se reinventaram nas Américas, e no caso do Brasil mais ainda por conta da quantidade de pessoas envolvidas. Na passagem do século XVIII pro XIX eram milhares de africanos chegando aqui. E com noções de urbanidade altamente sofisticadas e com essa capacidade —porque os povos africanos chegaram ao Brasil com 5 mil anos de história. São povos antigos com muita experiência em arrumar estratégias e se reorganizar para seguir sobrevivendo diante de toda a hostilidade que o próprio contexto geográfico e cultural impunha. Então essa inteligência vai dar na invenção de uma religião. **São poucos os momentos no mundo em que você vê nascer uma religião**, como o candomblé foi inventado no Brasil. E olhe que se trata de deuses que estavam em áreas geográficas diferentes, porque, apesar da maior parte dos africanos que inventaram, e também brasileiros nascidos aqui, terem estado ligados à África Ocidental, mas a presença das referências **bantos**, dos **inquinces**, também estão muito presentes na construção dessa religião brasileira. Então isso é engenhoso demais, e certamente foi um caminho poderosíssimo de se manter íntegro, inteiro, apesar de toda violência no contexto brasileiro.

? Você tocou no ponto da identidade. Quando você fala de povo, você está criando laços e referências pra se dizer onde você está, onde você se insere no mundo?

“ Eu tenho me afastado há um tempo dessa noção de identidade. Eu considero que uma noção inventada na Europa não serve pra gente pensar a nossa produção de sentidos, os nossos códigos culturais. Eu acho que essa noção de identidade ela surge para dizer que os brancos europeus são a referência, o padrão de humano e de civilidade, e pro outro a identidade surge pra organizar essa visão de mundo. Então eu acho muito bacana que a gente tente se afastar dela, pra tentar **criar modelos de pensamento originais brasileiros**.

Se falarmos de identidade negra, o que cabe dentro disso? Tudo e mais alguma coisa! Então acaba caindo num limbo, há um vazio nessa noção de identidade, e eu atribuo esse vazio a essa construção fora daqui, com interesse claramente racista, de supremacia de um povo sobre todos os outros. Então já faz algum tempo que eu abandonei essa noção de identidade, e sobretudo me desgosta muito que ela tenha se tornado uma fórmula para se pensar o mundo. Eu acho que isso é uma vitória do pensamento europeu.

**A busca é encontrar formas de pensar brasileiras, originais**, para que a gente consiga tentar dar conta dos nossos problemas, que são imensos, em relação a racismo, à desigualdade, à violência de gênero... A gente precisa realmente se voltar pra gente mesmo.

Por exemplo, as periferias estão vivendo uma produção de conhecimento em contato com os outros, uma coisa bem próxima, aprendendo juntos, trocando informações, pensando em formas de se manterem vivos. Na outra ponta, as camadas letradas, com acesso a conhecimento, que lhe permite pensar o mundo e tentar organizar uma resistência, também. E tem esse espaço do meio completamente ignorante, avesso às convivências com a diferença, sem nenhuma informação nem prática, de como vivem as pessoas no cotidiano das periferias do Brasil, e sem nenhum conhecimento também sobre uma produção acadêmica ou intelectual.

Ou seja, temos uma imensa massa que se torna avessa à diferença, que pensa deve haver uma coisa só. Há muitos fossos no Brasil e isso dificulta muito uma construção de uma leitura de mundo original, pra que a gente possa avançar.



? Sobre a periferia. Aqui em São Paulo, assim como na Bahia, se percebe que ela se dissocia do urbanismo central e cria a sua própria cultura, a sua própria música, o seu próprio sotaque, sua própria gíria. Isso é, de uma certa maneira, abandonar as identidades construídas e criar um novo povo, uma nova cultura a partir dessa mobilidade, dessas migrações, desse encontro de culturas e pensamento diversos, criando uma nova interação que é 100% autoral, que é só nossa?

“Muito interessante isso que você está falando e acho que faz muito sentido. Tipo, ‘esse modelo aqui que vocês vendem como civilizado, não somos nós’. É uma reinvenção permanente que vai dar nessa riqueza cultural tremenda, coreográfica, literária, poética, estética, um ‘vamos dar um jeito, vamos inventar um arranjo cultural que seja coerente com a nossa existência’.

Eu gosto dessa sua leitura, de que a periferia está tramando um jeito que abandona esses modelos identitários, que na verdade não são construídos por eles, que alguém diz, ‘olha, sua identidade é essa aqui e você tem que se aliar a esse modelo para existir, é por aqui que você tem que se mover’ e não é bem assim que funciona.

A cultura tem essa coisa de ser uma criação muito dinâmica, que diz respeito ao próprio cotidiano das pessoas, e elas não estão interessadas em fórmulas ou modelos que alguém ou que alguma instancia superior vai ditar.

A dinâmica cultural não é um movimento linear. Ela tem muito mais a ver com o movimento de um cavalo no jogo de xadrez, como diz **Lévi-Strauss**. Isso é muito rico. A maneira linear de entender o tempo é uma construção do tempo.




? Pela sua fala, a ideia de povo é tão dinâmica e volátil que é, hoje em dia, dentro do acesso amplo à informação que temos, mais um movimento espontâneo do que uma definição acadêmica. Conceitualmente, atribuir uma ideia de povo brasileiro único não poderia ser mais falho, correto? Porque com tanto dinamismo, com tantas diferenças culturais, é impossível você uniformizar uma ideia de povo brasileiro.

“ É uma contradição em termos. Quando você está falando de povo, você está falando de multirreferências, você está falando de heterogeneidade, de diversidade.

? Em cima de todo o histórico brasileiro, percebe-se uma tentativa de se forçar uma homogeneização de conceito de povo que reverbera um preconceito e realça as estruturas de poder que sempre existiram. A ideia de povo obedece à imagem que se quer ter como cultura, como civilização, como estética, como idioma, como religião, como cor da pele.

“ Com certeza essa afirmação [do agora ex-ministro Weintraub] está completamente carregada de ignorância. E isso é dramático, afinal, estamos falando do ministro da Educação. É chocante, porque é uma falta de conhecimento básico do que seja um povo, desse dinamismo que caracteriza essa ideia de povo, e até remete à ideia de democracia racial, sabe? É uma atualização dessa ideia que parecia já ter caído por terra.

Essa leitura de mundo é exatamente essa que está no limbo de que a gente estava falando. Ele [Weintraub] representa esse limbo de quem não tem uma experiência de vida rica, por mais escassa que seja em termos de materiais, e também não tem uma erudição que lhe permita articular uma frase, uma ideia coerente que se sustente minimamente. É uma tragédia. Temos que estimular o debate e pensamentos brasileiros.



Lélia Gonzalez, com o conceito de ‘amefricanidade’, nos anos 80 ela já estava falando nisso, que é uma maneira original de pensar a cultura brasileira, que se move dessas estruturas fechadas, delimitadoras. Essa hibridação que está dentro desse conceito, praticamente desprezado pela academia brasileira.

55% de afrodescendência significa uma tamanha gama de matrizes africanas, de pensamentos, de formas, que contêm 5 mil anos de história da África. Isso é desprezado. E Lélia Gonzales vem com essa amálgama, você tem aí um vasto caminho pra desbravar e pensar o Brasil por outros caminhos.



**65**

**JULIO ROCHA**

**“A IDEIA CLÁSSICA DE  
NAÇÃO-POVO É UMA  
IDEIA QUE ATENDE A UM  
MODELO QUESTIONÁVEL.”**

O professor Júlio Rocha é uma das mentes mais brilhantes do Direito baiano. Graduado em Direito pela UFBA, e com mestrado e doutorado pela PUC-SP, sua formação foi em Direito Ambiental e Direitos Difusos. Como profissional, teve uma experiência na esfera da universidade estadual, passou pelo IBAMA e pelo órgão das águas do estado da Bahia e posteriormente à essa fase de gestão, fez um doutorado em Antropologia. Tem um apreço real pelo diálogo entre saberes.

Na UFBA, além de Diretor da Faculdade de Direito, é também professor de história do Direito e Sociologia Jurídica e também de Direito Ambiental e de Direitos Humanos, promovendo um diálogo interdisciplinar. Ele lidera também trabalhos em campo na universidade, que dialoga com as comunidades e com os mais variados segmentos da sociedade.

Na manhã do último dia 16 de junho, nós conversamos sobre o tema do reconhecimento de povos autônomos dentro do Direito.



Professor, qual o conceito que define que um agrupamento de pessoas seja considerado um povo?



Essa é uma pergunta muito complexa. Eu venho de uma formação jurídica que associa a ideia de povo à nação e de nação ao Estado. Então, classicamente, a noção de povo remete a uma perspectiva de unidade e de identidade. E ao mesmo tempo, povo ele se estabelece, se vincula, se exerce e se estabelece a partir de uma perspectiva territorial chamada Estado.

Mas a gente vem num processo formativo mais amplo, que vai possibilitar que mesmo num Estado existam diversos povos, que no mesmo Estado possam existir diversas identidades.



Isso acontece muito, por exemplo, na experiência espanhola, com o povo catalão, os galegos, o basco, todos sob uma mesma identidade nacional. **É este debate que o Brasil precisa começar, de compreender-se como um Estado pluriétnico.**



“ Esta é uma outra dimensão, uma outra teoria, da etnicidade. Ou seja, nós temos diversas identidades étnicas no mesmo Estado, numa mesma nação.

E outra questão complexa é como a gente compreende o povo brasileiro e se esse povo brasileiro é um povo que detém identidade. E essa é uma discussão profunda e importante. O Brasil é um Estado pluri-étnico, e eu poderia dizer plurinacional. Na Constituinte de 87 houve uma discussão se se devia considerar como diversas nações. Porque são efetivamente diversas nações, os povos indígenas. Mas não se adotou, juridicamente, na Constituição, essa denominação. E esta é uma identificação forte.

Recentemente eu estive na Venezuela, na Colômbia, Peru, Argentina e Chile e hoje se fala muito de povos indígenas, povos como razões identitárias distintas, até porque nós temos 305 povos indígenas, 274 idiomas indígenas distintos no Brasil. Mas o Direito tem uma lei extremamente conservadora nessa discussão. Ele trata o povo brasileiro dentro do estado-nação na sua perspectiva clássica.

A existência de um Direito só é o que a gente chama de concepção humanista, que defende que só o Estado produz Direito. Existe uma norma canônica estatal e ela tem eficácia normativa em todo o território nacional, sem considerar que existe comunidades, formas de ver o mundo que diferem da leitura humanista clássica.

? Com relação a essa homogeneização de culturas dentro da visão do Direito, que tipos de problemas decorrem quando culturas e etnias distintas entram em conflitos com os preceitos do Direito tradicional?

“ Eu tenho feito pesquisas e viajado a locais que trabalham a distinção de povos e estou desenvolvendo uma publicação sobre pluralismo jurídico. Quem é da antropologia jurídica, da história do Direito, da sociologia do Direito, numa perspectiva interdisciplinar, tem uma visão pluralista do Direito. Ou seja, existem formas de juridicidades que respeitam as diferentes realidades. Por exemplo, na Colômbia, se aceita judicialmente uma decisão comunitária pelo Estado. A Constituição colombiana aceita que comunidades e povos possam exercer o Direito e resolver conflitos.

“ Nós temos um código, nesse sentido, conservador. O Estatuto do Índio é de 1971. Claro, a Constituição eleva a categoria dos indígenas, os artigos 231 e 232 são muito importantes, assim como o artigo 68 para os quilombolas, mas existe ainda uma concepção jurídica extremamente limitada. E isso se reflete inclusive no que é ensinado nas universidades e faculdades de Direito, numa estrutura positivista que inviabiliza diversos Direitos assegurados a estes povos. Um exemplo disso é o marco temporal de demarcação de terras indígenas.

Então, essa pouca representatividade no Congresso trava a confirmação de regramentos e direitos e provoca disparidades, como a atuação legislativa do Supremo para suprir uma carência não tendida pelo Congresso.

? Isso tem sido relativamente comum no Brasil recentemente, o Supremo legislando alguns temas que o Congresso não consegue dar vazão e agilidade.

“ Isso, por um lado, gerou possibilidade de resolução de julgamentos processuais, mas também gerou empecilhos. A ideia do marco temporal associado, que comunidades devem ocupar territórios até a edição da Constituição de 88, numa categoria chamada de orgulho renitente e disputa através de ação, é um julgamento que nunca aconteceu. Agora em 2020, diz que o marco temporal não se aplica às comunidades quilombolas. Ou seja, são avanços e retrocessos contínuos.

Este tema é um exemplo da dificuldade de se implantar política pública no Brasil. E tem outras barreiras, como a validação latifundiária. Mesmo que se tenha a declaração de comunidades como comunidades quilombolas, há um grande abismo. É abissal a zona que demanda o reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas. Com isso, temos milhares de comunidades declaradas, mas pouquíssimas com titularidade. O mesmo acontece com as terras indígenas. Os tupinambás esperam há décadas por processos administrativos de reconhecimento de seu território.

Questiona-se a propriedade, até porque o modelo individualista de propriedade no Direito Civil não atende aos conceitos de propriedade comunitária quilombola e do indigenato. Nós precisamos rever as categorias jurídicas fundantes do Direito brasileiro que são colonizadoras, expropriadoras e individualistas, que não conseguem perceber a dimensão plural do Direito.





E isto é importante porque estas comunidades são coletivistas.



Exatamente.



Tem-se discutido e evoluído conversas para que essa questão da propriedade de terra consiga abraçar esse coletivismo?



Ainda estamos muito longe de chegar a um modelo que atenda a estas demandas dos povos tradicionais. É necessário debater muito, buscar entender a complexidade do que se busca e traduzir para que se encaixe numa organização legal essencialmente individualista do direito tradicional. Mas, infelizmente, não há uma ação contínua e sistemática para pautar este estudo.

Nós fizemos em 2018 uma pós-graduação no Estado de Direito dos povos tradicionais, um edital da CAPES muito interessante. Nós tivemos que rever tudo o que a gente chama de concepção trinária, porque é tudo diferente. A gente não pode usar instrumentos jurídicos conservadores e individualistas e aplicar aos povos e comunidades tradicionais, que respondemos de forma comunitária.



Professor, é possível dizer que existe um povo brasileiro?



A ideia clássica de nação-povo é uma ideia que atende a um modelo questionável. Existem cidadãos e cidadãs brasileiros. Mas se você perguntar para um **ianomâmi**, ele é primeiro ianomâmi, depois brasileiro.

## **NÓS SOMOS UMA PAÍS FUNDADO NA PLURALIDADE, NA MULTIETNICIDADE.**

Mas nós vivemos um dilema de origem, de reconhecimento. Nós precisamos nos reconhecer quem nós somos, que razões identitárias nós temos.

Houve um cerceamento da história de grande parte da população brasileira. Quando Ruy Barbosa decide incendiar os registros históricos do escravismo, ele comete um grave cerceamento de conhecimento. Estima-se a entrada de 6 milhões de escravizados no Brasil, somados aos povos originários se estima em 6 milhões. Estes são numa proporcional muito maior a de portugueses e outros brancos.

“ Na minha família, por exemplo, eu tenho muita dificuldade de traçar a genealogia pela ausência de informações sobre minha ascendência indígena. Há uma lacuna que não ocorre para quem tem origem europeia, em que se sabe até mesmo a cidade onde nasceu. Isto é um dado muito forte, ou seja, negar às pessoas saberem quem eles são. Isto é um dado de memória e verdade muito caro. Existe um apagamento das nossas origens, físico e documental. Alguns povos, como os puia e os tupi, tiveram que submergir para sobreviver, no Nordeste brasileiro. É um dado forte este, né?

? Muito. Aliás, criou-se uma ideia de índio no Brasil que ele é isolado, que ele não convive na mesma civilização, e você traz um contraponto fundamental que em dado momento esse isolamento foi uma questão de sobrevivência.

“ Quando você discute com antropólogos como **Eduardo Braz**, vê-se que a retomada da língua **patxohã** é um esforço identitário. Mesmo caso dos **fulni-ô**. Ou aqui em Minas e Bahia, com a língua **maxakali**. É um ato de resistência histórica única.

Mas isso acontece porque no século XVII, o império português proibiu que as comunidades indígenas falassem suas línguas tradicionais. E para um povo que dependia da oralidade, isso significa não somente matar línguas, como também matar culturas e perspectivas de vida.

? E o que se percebe, professor, dados esses ataques à cultura e às identidades de povos tradicionais, que está contido quando diz que existe um ideal de povo brasileiro?

“ Primeiro, **preconceito**. A gente pode falar que existe racismo e que ele permanece, que vem com 5 séculos de história contra os povos indígenas e contra a população negra. Então existe um racismo manifesto. E existe um elitismo também, de perceber e de impor uma integração nacional que é o conceito que surge de uma lógica integracionista do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), quando foi criado no início do século passado.

Ou seja, nós precisamos romper com o racismo contra os povos indígenas e contra os povos negros. A gente não constrói uma democracia se a gente não destrói o racismo. Nunca seremos uma democracia efetivamente sem superar o racismo.



A close-up portrait of a man with dark hair, smiling warmly. He is wearing a maroon polo shirt. The background shows an ornate interior with decorative wall panels and a ceiling with intricate patterns.

**71**

**LEONARDO  
ANTONIO**

**“SOMOS UM MOSAICO DE  
IDENTIDADES QUE SE  
ORGANIZA DE MANEIRA  
INCONGRUENTE E  
INCONSISTENTE.”**

**Leonardo** é sociólogo e antropólogo. Em 2002, fomos colegas de graduação na faculdade de Administração da FEA/USP. Ele, no entanto, ficava mais tempo na biblioteca que na sala de aula. Em 2004 ele deixou o curso para já ano seguinte ingressar em Ciências Sociais, também na USP, pensando em fazer uma vida acadêmica na área de educação. Neste período, começou a se engajar em alguns movimentos sociais em São Paulo, dando aula de reforço em alguns cursinhos populares, e principalmente atuando no MULP (movimento de urbanização e legalização do Pantanal).

Durante o curso de ciências sociais, se apaixonou pela antropologia e o debate que ela fazia sobre a questão de alteridade e a produção de diferenças. Atravessou o curso dividido entre ciências e antropologia.

Em 2010 entrou no mestrado em da Unifesp para estudar a relação entre mídia, televisão e religião. Depois, em 2013, fez doutorado na USP sobre formas discursivas religiosas no debate público. Impactado pelo entendimento da gestão emocional do sofrimento promovido pelos programas religiosos, fez também formação clínica em psicanálise.

Em dezembro de 2019 foi aprovado em concurso público para o campus da IFAL (Instituto Federal de Alagoas) na cidade de Santana do Ipanema, onde mora desde janeiro de 2020. É professor de sociologia e se dedica a pesquisar, nos campos da antropologia e da sociologia, temas referentes à identidade histórica regional, além de ter um interesse profundo no feminismo negro.

No dia 17 de junho a gente bateu um papo ajustar entendimentos de povo de acordo com a perspectiva da sociologia e da antropologia.

---

“ A partir da descolonização da África e da Ásia, principalmente no pós-guerra, com uma intensidade muito maior nos anos 70 e uma consolidação forte nos anos 80, os intelectuais saem das colônias e vão estudar no centro da Europa e nos Estados Unidos que vão questionar a constituição de que os povos são essenciais e trans-históricos. E se começa as identidades a partir do contato.





Claude Lévi-Strauss

**Claude Lévi-Strauss** afirmava que as diferenças são mais produzidas pelas reações, pelos contatos entre os diversos agrupamentos de povos, do que pela sua história essencial. Então quando a gente vai pensar a formação de povos, a gente tem que problematizar sempre a relação dos contatos.

Conhecer um grupo étnico significa um trabalho de imersão, de ouvir as suas descrições e como eles se veem no mundo, além de seus significados, símbolos e comportamentos, e estes significados ele está sempre posto em relação a outro grupo étnico, a outra cultura, que também tem suas caracterizações, e a gente consegue relacionar estes povos a partir de suas fronteiras, do contato entre eles.

A partir dos anos 90, a ideia de que cada povo tem a sua cultura cai por terra. Há um conceito de identidade descentrada. Cada um de nós é portador de diversas identidades, e a depender do contato que se estabelece com outras pessoas, a gente maneja uma identidade diversa e transitória, que podem, inclusive ser contraditórias entre si.

## **SOMOS UM MOSAICO DE IDENTIDADES QUE SE ORGANIZA DE MANEIRA INCONGRUENTE E INCONSISTENTE.**

Então, o contexto vai oferecer uma forma da pessoa se inserir no mundo, tanto pela maneira como as outras pessoas a enxergam, como também como ela se reconhece naquele meio. A fluidez da identidade faz com que inclusive se use símbolos com os quais não nos relacionamos, mas que fazem parte da visão que os outros têm de um grupo onde devo estar inserido. Por exemplo, alguém pode até não gostar de futebol, mas ao ficar 6 meses fora do país, é provável que use a camiseta da seleção brasileira.

Todas as culturas, incluindo a dos povos indígenas, estão em constante transformação. Essa visão de que o outro é um estático é baseada numa visão eurocêntrica e preconceituosa.

**Stuart Hall** é uma voz **decolonialista** importante na desmistificação desta ideia. Jamaicano radicado na Inglaterra, ele argumenta que, apesar da dominação extrativista e da violência, culturalmente houve uma troca. A batata é inca; o chá das 5 é indiano. São elementos culturais que estão enraizados no jeito de ser inglês, mas que foram importados de outros povos, de outros locais. A influência cultural é mão dupla.

Também segundo **Lévi-Strauss**, as culturas, se tivessem local fixo, estariam exclusivamente dentro de nossas cabeças. Por isso é necessário ouvir como as pessoas verbalizam sua identidade num contexto de mutação constante.

Mas essa descrição de mentalidades depende de cada pessoa individualmente, havendo lógicas de mentalidades muito diferentes. E que conflitam, no pluralismo da realidade brasileira, com o modelo europeu. A questão religiosa, por exemplo, é tratada de maneira apartada das questões socioeconômicas, enquanto, para os povos indígenas, são esferas indissociáveis, sem ter um aspecto de religião organizada, conceito inexistente para eles.

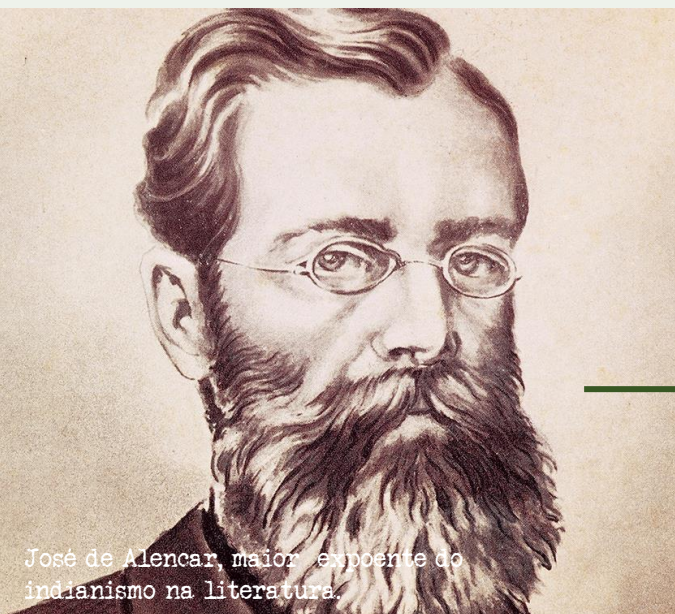
Mas entender a complexidade de diferentes povos significa não apenas perguntar, pesquisar e obter respostas. É necessário conviver, observar comportamentos, avaliar aspectos estéticos e outras comunicações não-verbais.





É muito **simplista** dizer que a **formação de um povo** depende da como ele **se representa e é representado**. Essa questão possui uma história dos contatos. O Brasil possui uma história intercultural que é mediada pelo processo colonial. Quando vamos discutir a história, estamos num terreno político. A história é contada pela óptica dos vencedores, que promovem o apagamento dos perdedores. Muitas lideranças e revoltas da nossa história não foram escritas.

Assim, apesar de já termos **saído do período colonial** como estrutura de poder federativo, as **relações sociais** referentes ainda **perduram**. Temos uma elite que se pensa muito mais alinhada aos interesses da **Europa** e dos **EUA**, do que interessada em promover uma política de inclusão local.



José de Alencar, maior expoente do indianismo na literatura.

De uma certa maneira, o Brasil foi muito eficiente em produzir um modelo histórico que ao mesmo tempo afirma a mestiçagem, e é importante buscar a literatura como chave para entender este processo, como é o caso de **José de Alencar**, ao criar um modelo de comportamento e existência de outros seres —devidamente designados abaixo do homem branco ideal—, mata a identidade desses povos.

## **A HISTÓRIA É UM PROCESSO POLÍTICO DE DISPUTA DE NARRATIVAS.**

E se adota uma narrativa hegemônica que parte do espelhamento das elites que controlam o poder. Cria-se uma história oficial, que conduz a um racismo institucional, praticado e imposto pelo estado.

Quando se resgata a história apagada, dá-se a possibilidade que esta gente marginalizada recupere a narrativa de sua própria história. E a partir daí, produzir uma identificação que seja mais positiva e menos pejorativa, que não esteja tão suscetível ao caminho modelador e preconceituosa da narrativa vitoriosa.

Quando a gente pensa na definição de povo brasileiro é que essa identidade foi inventada, produzida pelo estado e pela literatura. Mas não é porque uma identidade é inventada que ela deixa de ser real ou seja falsa. A partir do momento em que ela produz mentalidades, ela opera na realidade. Então, uma fala hegemônica de um conceito ideal e único de povo, ele afeta muita gente que pensa de maneira similar. Apesar de não existir de fato, ele ganha contornos de realidade.

O processo de formação dessa identidade hegemônica ocorre ao se promover uma identidade local e elevá-la à categoria nacional e tento subordinar as demais. Quando a gente pensa no povo brasileiro sob a premissa da democracia racial e da mestiçagem, a gente tem um elemento de subordinação ao branco. Então, quando eu estou falando povo brasileiro, a partir da história do Brasil e do colonialismo que o Brasil passou, de que há, sim, uma hierarquia. Então, ao unificar sob um só povo, há uma inferiorização de toda uma diversidade étnica.

**MAS NA PRÁTICA, NÃO SE TEM UMA IDENTIDADE ESSENCIAL. O BRASIL É DIVERSO E PLURAL.**



Quadro "Operários", de Tarsila do Amaral



77

**ORDEP SERRA**

**“A DESIGUALDADE É O  
PROBLEMA, A  
DIVERSIDADE NÃO.  
NÓS SOMOS DIFERENTES.  
E DAÍ?”**



**Ordep** tem esse nome por conta de uma negociação entre dois sertanejos imaginosos. Seu pai, Pedro, não quis que seu filho tivesse o mesmo nome, no que sua mãe, desejava de homenagear o marido, escreveu-lhe o nome ao contrário.

Ele costuma se apresentar de uma maneira que, diz ele, as pessoas acham esquisita: “Eu sou Ordep Serra, filho de Xangô e marido de Regina.” Em vez de esquisita, penso ser bela.

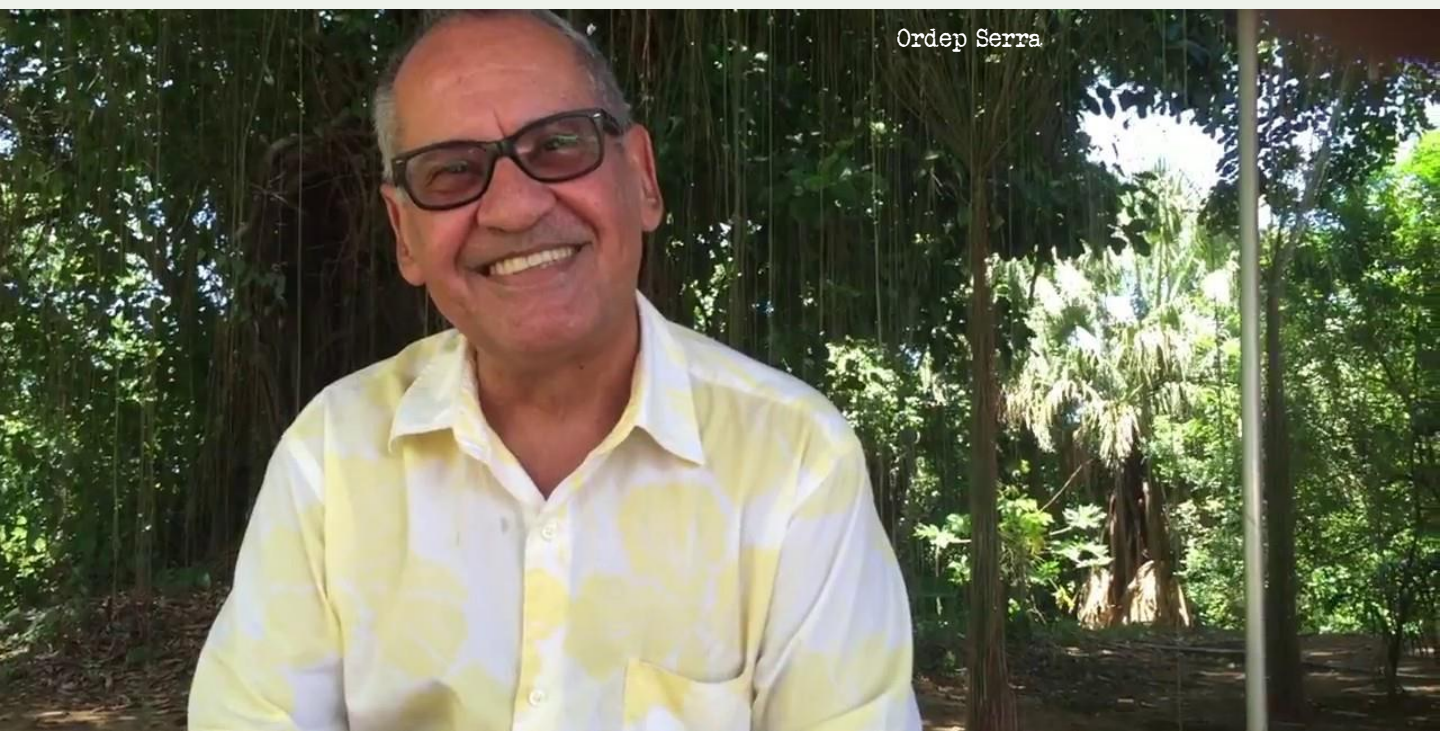
É antropólogo e professor aposentado pela Universidade Federal da Bahia, onde foi pró-reitor de cursos extensão e chefe do departamento de antropologia por muitos anos. Tem muitas pesquisas sobre povos indígenas e foi um dos fundadores da Associação Nacional de Apoio ao Índio. Tem também uma ligação muito forte com o povo de santo, com quem também fez muitas pesquisas.

Pratica a Antropologia por mais de meio século. É bacharel em Letras e doutor em antropologia social pela USP, com estágios na École des hautes études en sciences sociales (Escola de estudos avançados em ciências sociais).

Foi coordenador, junto com Júlio Rocha, diretor da Faculdade de Direito da UFBA, de 5 congressos internacionais de direitos dos povos tradicionais.

Mais importante: é um professor admirado por todos seus alunos, coisa de gente que deixa um rastro de bem-querer por onde passa, esbanjando sempre um largo sorriso e um humor sagaz.

Com ele fiz a última entrevista desta edição da **Papo de Galo\_ revista**, realizada na manhã do dia 19 de junho.





“ A palavra povo tem vários significados, e tentar reduzir a um só é complicado. Ela é polissêmica, como se diz, tem diferentes acepções. Se você consulta línguas distintas, você vai ver que não há uma coincidência. Por exemplo, quando você diz *folk* em alemão, quando você diz *gens* em francês, quando você diz *pueblo* em espanhol. Isso vem da polissemia do termo que já existia no latim. *Populus* designava a gente armada, que era capaz de se armar. A palavra tem uma longa história e ela se diversificou um pouco.

Agora, quando se usa, do ponto de vista antropológico, o termo povo, está se falando de um **grupo humano** que tem sua **própria organização** e que **se reconhece** como uma **unidade social**, e é também **reconhecido** por outros como uma unidade social, tendo uma ou mais identidades étnicas, mas que se vê, assim mesmo, como um conjunto organizado, e projeta uma imagem de si que o orienta.

## **POVO NÃO DEPENDE DE ESTADO.**

Nós tivemos no Brasil um estado antes de ter um povo, que ignorava parte do contingente humano que aqui viviam, mas não estavam integrados a esse estado. Assim como os negros também não compunham o domínio cívico. Então, quando se quer restringir povo a domínio cívico, você já tem um problema inicial no caso brasileiro.

Povo, para mim, é essa unidade social que busca organizar-se e se reconhece como tal e que pode envolver diversidade. **Não há conflito entre a ideia de diversidade étnica, religiosa, ou qualquer outra, e a noção de povo.**



Há de se reconhecer essa diversidade, não só porque se está sob a regência do mesmo estado, mas porque se criam laços de comunicação, porque se dialoga. Povo é um diálogo e reconhecer a si e ao outro é fundamental.

**ASSOCIAR A IDEIA DE POVO A DE UMA UNIDADE HOMOGÊNEA É EXTREMAMENTE PERIGOSO. ISSO SEMPRE LEVOU PARA PROJETOS AUTORITÁRIOS DE DOMINAÇÃO E ATÉ PARA GENOCÍDIOS.**

“ É necessário fazer algumas distinções.

Por um lado, nós temos um estado brasileiro que passou por mudanças muito sérias, muito graves. Quando se dá a Independência do Brasil, uma parte do que hoje se chama de Brasil não estava integrada ao conjunto, que era o **Grão-Pará**, que se associa depois ao Brasil. Então a gente tem um estado, uma sociedade civil, um conjunto de cidadãos que seguem as leis e as normas e por dentro disso tem-se uma variedade muito grande. **Nós somos um país multiétnico.** É muito perigoso querer homogeneizar. Em nome de quê? Em nome da raça? Em nome da cultura, da religião? Há de admitir e reconhecer as diferentes cultura que temos no país.

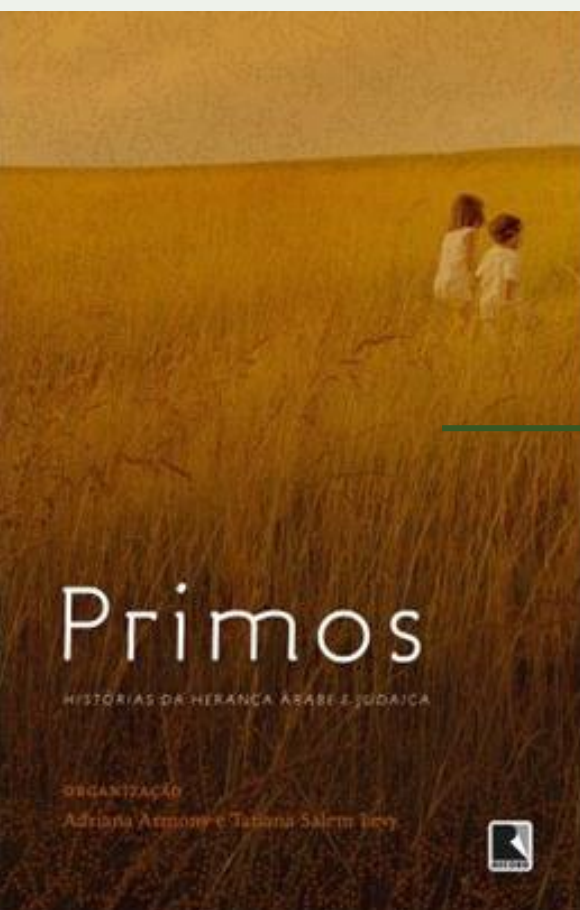
O diálogo entre as culturas é dinâmico. Ele envolve relações tensas, às vezes envolvem conflitos, que ajudam, de certa maneira, com a dinâmica histórica, a constituir uma unidade maior.

## **POVO BRASILEIRO É UMA CONSTELAÇÃO DE POVOS.**

O que é ser brasileiro? Não há um modelo que se possa ser utilizado como protótipo e tentar encaixar todo mundo nele, sacrificando a diversidade do povo brasileiro a um modelo único.

Eu lembro de uma situação muito interessante. Eu estive à frente de uma luta para que se reconhecesse pela primeira vez um monumento negro como patrimônio do Brasil. Foi o caso do terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, um terreiro muito antigo. Quando a gente fez essa campanha, um grupo de gaúchos da sociedade germânica escreveu dando apoio à essa reivindicação dos negros da Bahia. Isso é muito bonito. É necessário que possamos nos solidarizar.

Há um tempo eu li um livro que é uma antologia de contos chamada "**Primos**", escrita por árabes e judeus. Eles não deixaram de ser árabes e judeus para serem brasileiros. Pelo contrário! Aqui no Brasil eles encontraram a possibilidade desse diálogo que às vezes não conseguem ter internacionalmente. É essa perspectiva generosa que a gente precisa adotar.





“

O rótulo 'índio' é heteronômico. Foi aplicado a povos diferentes pelos colonizadores europeus que aqui chegaram. Primeira foram chamados de 'negros da terra', que é uma maneira de distinguir-se daquela gente e distingui-la dos negros que escravizavam em África e traziam para cá. Aplicou-se esse rótulo genérico, vazio, 'índios', que vem de um engano de Colombo, que chegou na América e pensou que estava chegando às Índias. Colocou-se, assim, dentro de um balaio único, povos muito diferentes.

Só que os índios, no seu processo de afirmação, preencheram positivamente esse rótulo. Eles descobriram as suas afinidades, se associaram, criaram organizações como APIB (Articulação dos povos indígenas do Brasil), que é criação dos índios. Descobriram a sua posição comum no mosaico brasileiro e deram um novo sentido ao rótulo indígena. Hoje, a palavra tem um significado para eles, e este é o significado mais importante. Um rótulo que era um equívoco foi apropriado e transformado. Assim como o rótulo de 'negros', dado pelos europeus a todos aqueles de pele mais escura.

Assim, hoje se combina uma ideia de diversidade e de unidade. A unidade é política, que vem do reconhecimento de direitos comuns e da disposição de lutar por esses direitos. Isso é uma dádiva preciosa para o Brasil.

Quando estive no Xingu, descobri algo extraordinário. Aquilo que pra mim era floresta virgem, descobri que era coisa cultivada durante séculos por uma constelação de povos que se instalou ali e que conseguir formar o que a gente chama na historiografia e na antropologia de uma **ecumene**. Quer dizer, diversas sociedades e culturas que se reúnem num mesmo ponto e criam uma cultura comum. Isso é uma lição política valiosa. Os povos indígenas são muito importantes para o Brasil. Eles devem ser motivo de admiração, de encantamento.



No mundo inteiro, qual a imagem dos povos indígenas? É bem diferente da imagem do atual governo. Enquanto o atual governo brasileiro tornou a imagem do Brasil negativa, motivo de lástima e de escárnio, a imagem dos povos indígenas é cada vez mais brilhante. Basta comparar as imagens internacional do **Cacique Raoni** ou de **Sônia Guajajara** com a do nosso chanceler ou do presidente.

“

No caso do Xingu, tem-se ali uma área de refúgio. Com o avanço das frentes agrícolas brasileiras, que foram chegando e empurrando os índios para o sítio em que se refugiaram, concentrando povos que muitas vezes eram hostis uns aos outros. Mas eles conseguiram estabelecer aquilo que a gente chama de '**pax xingwana**'. Eles viram que a única maneira de resistir à destruição que os **colonizadores neo-brasileiros** estavam fazendo eles se tornarem cada vez mais solidários uns com os outros. Inicia-se, assim, um interessante regime de trocas intertribais e constrói-se uma **ecumene**.

A relação deles com a floresta sempre foi uma relação mais respeitosa. Às vezes se pensa que é porque eles não tinham uma técnica tão avançada de exploração da terra, mas não é verdade. É que suas culturas incorporavam cosmologias diferentes, não sendo tão antropocêntricos quanto os ditos ocidentais.

O avanço das atividades extrativistas, como o garimpo, está destruindo a possibilidade de vida de toda a população brasileira. Eu fico preocupado com meus netos e com as crianças que vão nascer. Se você perde a Amazônia, se você desertifica o cerrado, o que vai ser de todos os brasileiros? Estamos gerando fome e sede e pandemias novas. **Porque o desequilíbrio ecológico é a fonte das pandemias.**

Assim, estes avanços são crimes contra humanidade. Já um sério crime contra a humanidade o que estamos fazendo com os índios brasileiros, que estão sendo exterminado. Já é um crime contra a humanidade o massacre da juventude negra nas favelas. E é também um crime contra a humanidade a destruição de um patrimônio precioso para todos os humanos, que são as florestas, biomas como o cerrado. Isso é bestial. Precisamos apelar à sabedoria de outras culturas que foram mais felizes do que a nossa nesse ponto. Pra sair do impasse em que nos colocamos agora, precisamos de todos os saberes, não só o de nossa civilização, mas o saber de todo o mundo. É preciso dar um jeito de se recorrer ao tesouro de sabedoria de todos os povos e reconhecê-los como povos criadores.

É preciso reconhecer e respeitar outras sociedades e outras culturas que fazem o Brasil tanto quanto a cultura ocidental. Temos que vencer, sobretudo, o escravismo. **A mente da classe dirigente é escravista e racista até o fundo da alma.** Temos que vencer o racismo. Não há Brasil se a gente continuar nessa onda de racismo, o país acaba. Com racismo, não há paz, não há justiça, não há ordem.



“

## **A DESIGUALDADE É O PROBLEMA, A DIVERSIDADE NÃO. NÓS SOMOS DIFERENTES. E DAÍ?**

Temos que garantir a igualdade no usufruto do bem comum em um dos países mais desiguais do mundo.

**QUEM TEM ALGUM AMOR PELO BRASIL TEM QUE BATER-SE CONTRA A DESIGUALDADE E DEFENDER A DIVERSIDADE. A VERDADEIRA UNIDADE É AQUELA QUE SABE APROVEITAR-SE DO TESOURO DA DIVERSIDADE.**

O Brasil é um país multiétnico, que abrange povos diferentes, e faz deles um só. Ou é isso, ou ele vai destruir-se.

O povo brasileiro é resultante de um diálogo que tem que se tornar cada vez mais intenso e igualitário entre diferentes povos e culturas que aqui se instalaram.

Para fazer isso, precisamos **vencer o racismo e o escravismo** e procurar de todas as maneiras **superar a desigualdade**, que é o câncer da nossa economia, o que nos puxa pra baixo. É preciso **abandonar o autoritarismo e procurar a democracia real**, que é diálogo, abertura, transparência. Não há democracia real quando você esconde o que o estado está fazendo, por exemplo, ao ocultar dados e estatísticas. A gente precisa vencer essas coisas e pensar no povo brasileiro como essa macro unidade que compreende povos e gentes distintas.

O povo brasileiro tem que ser um que abrace diversos povos e que promova uma verdadeira igualdade numa relação mais equitativa, mais humana. E ser, enfim, um conglomerado de culturas, de saberes, de povos livres que se respeitam e se tratam como iguais. É um sonho, claro. Mas prefiro crer que é possível.

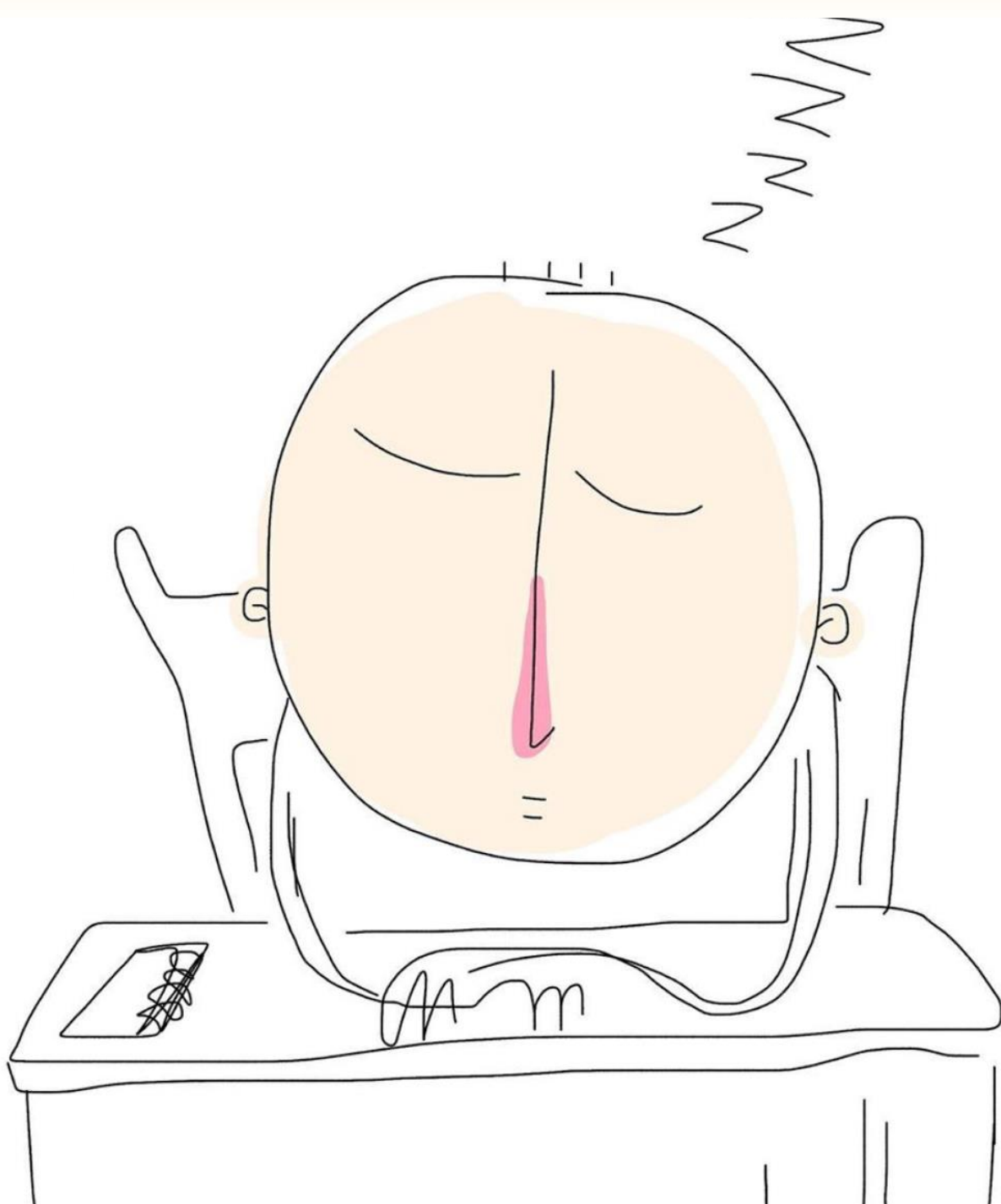


**APOIA.se**



catarse

**EU,  
ESPERANDO  
SEU APOIO.**





**\_ ARTIGOS**

86

**O MÉTODO PARA O  
CAMINHO DO MEIO  
\_POR DURVAL LUCAS JR.**



São 30 segundos num vídeo de quase 2 horas. Parece pouco, diante do conjunto da obra, mas nesse meio minuto em que o (então) Ministro da Educação vocifera seu ódio contra expressões alusivas a diferentes povos dentro do Brasil –e aos supostos privilégios que possuem sobre o conjunto da sociedade–, temos uma amostra de como pensa uma parcela da população brasileira sobre si mesma.

Por mais doloroso que seja, precisamos destacar que **Abraham Weintraub** representa uma parcela expressiva da sociedade. Expressiva não pelo número em si, mas por estar presente em nossas famílias, locais de trabalho ou grupos de amigos. Considerando que (na maioria dos casos) são pessoas por nós queridas, a hipótese de se livrar, pura e simplesmente, do convívio com essas pessoas está descartada.

Por isso, o conselho do **Papa Francisco** faz todo sentido: é necessário construir pontes, em vez de muros. Pontes verdadeiras, que permitam o fluxo vindo das duas margens, e não somente aquelas que buscam “resgatar almas perdidas no vale da escuridão”. Pontes que representem abertura franca ao diálogo e à compreensão, e que nos unam como seres diversos que somos.

Diante dessa contextualização, segue meu convite: tentarmos juntos entender o que se passa na cabeça do Weintraub e de tantas outras pessoas. O que fundamenta seus raciocínios, para que digam essas coisas sem qualquer constrangimento. Não se trata de nos colocarmos como seres superiores, que têm a solução para todos os problemas da humanidade, mas como seres iguais, realmente preocupados com nossos semelhantes e com o nosso país. Há uma aflição sendo intrinsecamente demonstrada, a cada palavra dura ou gesto rude, que precisa da nossa audição ativa, da nossa melhor compreensão possível, e da busca por soluções realmente integradoras.



Não sou psicólogo (nem pretendo sê-lo!), mas sou um dos vários incomodados com a polarização que tomou conta do debate político-institucional no nosso país. Considerando que a hipótese de um lado ser absorvido ou vencido pelo outro acabará de uma vez por todas com nossa frágil democracia, não temos alternativa senão a conciliação. O tão difícil, mas necessário, caminho do meio.

Voltando aos 30 segundos perturbadores, um dos pontos mais críticos do discurso foi o que associou “povos” a “privilégios”. Trata-se claramente de uma interpretação equivocada sobre a defesa da igualdade social. Mesmo assim, uma declaração cheia de significado para quem tem ouvidos atentos: crítica a perenidade do que deveria ser provisório, e aponta disfunções e ineficiências em políticas públicas construídas ao longo das últimas décadas.

No âmago da nossa convicção de estarmos do “lado certo da ponte”, acabamos não refletindo sobre o destino que este caminho pode nos levar, e considerando as eventuais críticas como puras demonstrações de intolerância. A verdade é que temos falhado sistematicamente como sociedade na luta pelo fim da desigualdade. Como consequência, nosso país não só tem permanecido desigual, como também está caminhando para ser segmentado e conflituoso.

**A DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL TEM QUE SAIR DO CAMPO DA MILITÂNCIA E ENTRAR NA AVALIAÇÃO CRÍTICA DE SUA EXECUÇÃO.**

Menos cartazes e mais métricas. É fácil, bonito e politicamente correto dizer que todos somos preocupados com a educação. Difícil, porém, é se comprometer com a reunião de pais, com o dever de casa da criança, ou com a reforma da escola do bairro.





Há cerca de 20 anos, o governo do ex-presidente **Fernando Henrique Cardoso** conseguiu universalizar o acesso ao ensino básico no Brasil. Se, desde aquela época, tivéssemos realmente nos comprometido com a qualidade da educação, sem proselitismos e com métricas claras sendo arduamente perseguidas, já estaríamos formando as primeiras gerações de estudantes com melhores níveis de desempenho. Pessoas que poderiam disputar uma vaga na universidade sem a necessidade de cotas, ou mesmo conseguir qualquer emprego que quisessem. Talvez estivéssemos discutindo menos o racismo, porque oportunidades estariam sendo abertas para pessoas de todas as cores e origens sociais.

Naturalmente, haverá quem diga que a responsabilidade é dos políticos, que não fazem nada e ainda por cima levam parte do dinheiro. Só que eles estão lá porque votamos neles, porque não fomos votar, ou simplesmente porque nos abstivemos votando nulo ou branco. Cada um com sua parcela de culpa. Todos culpados pela nossa própria incompetência como sociedade.

É justamente nessa busca por culpados para nossas mazelas que se encaixa o raciocínio externado pelo Ministro: se era para termos menos pobres, e não o contrário; se era para termos menos desigualdade, e não o contrário, a culpa é de quem teve a chance de fazer e não o fez. A culpa é deles, e não nossa. É claro que esse raciocínio é simplista, mas é exatamente por isso que viraliza: numa sociedade de analfabetos funcionais como a nossa, não é fácil se ver como uma pessoa que trabalha duro para conseguir as coisas, enquanto outra reclama que “está com mais de oito anos que eu recebo o Bolsa Família. Não tá dando pra comprar nem uma calça pra minha filha. Porque uma calça para uma jovem de 16 anos é mais de 300 reais”. E daí surge a visão equivocada que políticas de redução da desigualdade viraram privilégios.



## **AS DISFUNÇÕES DA POLÍTICA BRASILEIRA FIZERAM COM QUE SOLUÇÕES PALIATIVAS GANHASSEM STATUS DE PERMANENTES, PERPETUANDO AS DESIGUALDADES E DESINCENTIVANDO O DEBATE PÚBLICO.**

Escolhemos sempre os atalhos perigosos, em detrimento do caminho mais longo, porém seguro. Exemplo disso é que o sucesso do **Bolsa Família** passou a ser medido não pelo número de pessoas que conseguem sair do sistema, mas pelo número de novas famílias que entram. Pensar no fim do programa é suicídio político ou sinal de insensibilidade. Tudo isso porque achamos que a mera transferência de renda seria suficiente, e relaxamos quanto a tudo o que realmente importa.

O duro impacto das palavras ministeriais deveria se converter em momento de séria reflexão sobre o sucesso das políticas públicas brasileiras. Ele próprio – se tivesse se dado conta da magnitude de seus pensamentos, e tivesse um perfil mais conciliador – poderia assumir o papel de liderança realizadora que nosso país precisa. De qualquer forma, acredito que o primeiro passo foi dado, e o método criado – ouvir, refletir, discutir e agir – pode ser aplicado nos discursos de todas essas pessoas consideradas radicais. Quanto mais praticarmos, maiores as chances de encontrarmos o caminho do meio, salvarmos o país e a nós mesmos.



### **DURVAL LUCAS JR.**

Administrador de formação, entrou na graduação (UFAL) querendo ser financista e saiu do doutorado (FEA-USP) na área de Sistemas de Informação. Capitalista convicto, é um apaixonado por tecnologia, principalmente pela possibilidade de se ganhar dinheiro com ela. Professor de ocupação (EPPEN-UNIFESP), diverte-se interagindo em sala de aula e buscando soluções para os problemas do mundo. Viajante por hobby, fascinado pela neve e pelas belezas construídas pelas mãos humanas (20+ países). Nadador por esporte, que sempre recomenda assistir provas de natação pela TV, para poder ver por todos os ângulos. Tentando diariamente ser um democrata.



**91**

**BREVE REFLEXÃO SOBRE  
A SITUAÇÃO DOS POVOS  
INDÍGENAS NO BRASIL  
\_POR ORDEP SERRA**

Vou começar esta reflexão sobre o estatuto dos povos indígenas no Brasil abordando o fato que a motivou: a declaração de uma autoridade da República, o Ministro da Educação, **Abraham Weintraub**, que a formulou numa reunião ministerial acontecida no dia 22 de abril próximo-passado e dada a público pouco depois, por determinação judicial. A reunião causou escândalo pela manifesta falta de decoro do presidente e de alguns ministros, que se valeram de palavreado chulo, de grosserias e injúrias. Não faltaram disparates nessa escabrosa conferência. O Ministro da Educação sobressaiu-se com uma insana declaração de ódio. Disse que odeia a China (portanto quase um quinto da humanidade) e o termo “povos indígenas”. Não explicou os motivos de sua sanha sinófoba, nem apresentou qualquer argumento que justificasse seu horror à expressão por ele abominada.

O ministro não costuma argumentar. É notória a dificuldade que sente para exprimir-se de forma clara, falando ou escrevendo. Compor um discurso articulado não está entre suas habilidades. Muito menos fazer um arrazoado aceitável, logicamente estruturado. O único fundamento que apresentou para seu repúdio à expressão “povos indígenas” foi uma afirmativa seca: a seu ver, não cabe falar assim porque aqui “só tem um povo, o brasileiro”. Não se deu ao trabalho de esclarecer o que dizia, fundamentando sua tese. Não achou necessário demonstrar-lhe a validade. A problemática que sua declaração envolve foi simplesmente ignorada por ele, descartada in limine.

O vazio lógico de sua arenga denuncia um tenaz obscurantismo. O ministro Weintraub já tornou patente por outras declarações infelizes seu menosprezo pelas ciências sociais, pela filosofia, pelas humanidades em geral. Sua irritação com essas disciplinas que considera inúteis revelam mais que um aborrecimento, traduzem uma incompreensão aparentemente insanável. Dá-se hoje em nosso país uma situação bizarra, singular e quase inacreditável: temos o Ministério da Educação entregue aos cuidados de um homem que despreza um campo de conhecimento de máxima importância para quem lida com educação, um homem que rejeita e aborrece disciplinas absolutamente indispensáveis ao embasamento de uma política educacional. Conviria saber em que ele se baseia para pronunciar-se sobre o conceito de povos indígenas, assunto que requer exame à luz da antropologia, das ciências sociais. Se despreza essas disciplinas, em que se funda o ministro para emitir juízos a propósito da expressão “povos indígenas” e do conceito correspondente? Ele não se explicou nem se explica. Mas é imperativo levantar as questões que ele evitou. Não para convencê-lo: não há argumentação lógica capaz de persuadir quem se estriba no ódio e na autossuficiência. Torna-se necessário empreender essa discussão a fim de enfrentar os embaraços causados pelo desgoverno de que ele participa de forma particularmente perversa.





A colocação de Abraham Weintraub nada tem de original. Para desgraça de milhões de homens e mulheres, já se enunciou semelhante dogma na Alemanha nazista, por exemplo. Com a ascensão do nazismo não se podia mais ser alemão e judeu, ou judeu e ainda assim austríaco. Também na Itália dominada pelo fascismo ser italiano e judeu tornou-se impossível. Um só povo, uma só nação, sob a regência do mesmo Estado: essa era a regra. Ainda hoje na Europa, na América e alhures antissemitas renitentes brandem o anátema: quem quiser ser judeu que vá para Israel, aqui deve ficar apenas “nosso povo”. Infelizmente ainda existe quem pense assim, quem não admita que se fale de povo judeu na terra que reivindica para sua grei e ninguém mais.

O ministro Weintraub devia saber disso pois é judeu, ainda que suas declarações abstrusas frequentemente provoquem vexame, lástima e repúdio na comunidade judaica. Esta comunidade é muito importante para o Brasil, contribui para a grandeza de nosso país, encerra brasileiros dignos de toda o respeito e consideração, que não precisam deixar de ser judeus para ser brasileiros. Grande parte do povo de Israel vive fora do Estado chamado Israel. Não faz o menor sentido exigir dos hebreus estabelecidos em outros países que deixem de considerar-se povo hebreu, ou povo de Israel. Não faz sentido cobrar-lhes que se dissolvam nas nacionalidades por eles assumidas por adoção ou por nascimento, pela vivência, pelo amor, por seus muitos méritos. A proclamação de tal imperativo resultou num genocídio pavoroso.

A valorização das diferenças é indispensável à verdadeira união. Um Brasil uniforme, de todo homogêneo, caso existisse, caso pudesse ser pensado, seria uma triste aberração. O verdadeiro problema que nos desafia não reside no fato de que temos aqui um belo mosaico de povos. Está na desigualdade que nos puxa para baixo, mutila nossa economia, compromete nossa existência, vicia nossa república. Está no racismo que nos rebaixa e envenena, que prolonga a opressão de milhões de brasileiros sujeitos a condições de vida deploráveis, a violência crônica, a humilhação e injustiça social despudorada.

Caso estivesse interessado em fundamentar sua declaração, o ministro Weintraub teria de esclarecer quem são esses indígenas a quem ele nega a condição de povos. Mas se lhe fizessem essa pergunta ele provavelmente não responderia. Por falta de conhecimento, sem dúvida, mas também por achar desnecessário perder tempo com o assunto. O ódio lhe basta. Poupa-lhe o esforço de pensar, de envolver-se com coisas que considera supérfluas, como antropologia, história, ciência política, sociologia.





Ainda assim a questão se impõe. Busquemos a resposta que seu silêncio encobre. Sim, nós a podemos encontrar, senão em sua fala, no círculo de seus interlocutores. O Presidente da República com quem Abraham Weintraub comunga ideias, valores e interesses tornou patente seu pensamento sobre o assunto, sem dúvida matéria de consenso em seu meio. Não há muito, num breve comentário, Bolsonaro mostrou com toda a clareza o que pensa a respeito dos indígenas deste país. No tom de quem faz um grande elogio, disse ele numa live que “o índio está evoluindo, está se tornando cada vez mais um ser humano igual a nós” e portanto “deve integrar-se ao restante da sociedade brasileira”. Em suma, para o chefe do executivo nacional e os que comungam de sua ideologia os indígenas não são humanos nem brasileiros. Enquanto permanecerem indígenas, não podem ser nem uma coisa nem outra.

Impossível negar o sentido profundamente racista desta proposição. Aí está a expressão mais crua do desconhecimento em que se estriba a política do atual governo da república, no que toca ao indigenato. A afirmativa do ministro da educação embora pareça inclusiva, parte na verdade de um gesto de exclusão.

Para que se tornem humanos, “gente como nós” e finalmente brasileiros, que devem fazer os índios? A resposta que se encontra no mesmo campo ideológico é bem clara: uma grande renúncia. É o que pensam, dizem e praticam os seguidores do presidente. A seu ver, impõe-se que os chamados índios abandonem seu modo de vida, suas tradições, seus costumes, seus valores, suas identidades, em suma, e assim abdicuem de um direito fundamental, a eles reconhecido pela **Constituição da República Federativa do Brasil**. Aí está a raiz do problema, o verdadeiro fundamento da tese de Weintraub, o desiderato que alimenta seu ódio. Pretende-se que os indígenas renunciem ao usufruto coletivo de suas terras. Já quem fala em povos indígenas reconhece-lhes esse direito tão combatido no Brasil, hoje mais do que nunca negado e abominado na mais alta instância de governo.

Aí está o ideal dos governantes que hoje temos, o sonho dourado dos setores que lhes dão sustentação. Querem que as terras indígenas sejam franqueadas amplamente a quem deseje explorá-las de toda a forma. Com falsa candidez, às vezes alegam que os índios têm o direito de fazê-lo também, competindo com latifundiários, mineradoras, madeireiros e outros, como eles se pudessem entrar em pé de igualdade na disputa pelo que no fim das contas lhes pertence de direito, mas grupos armados e poderosos buscam arrebatar-lhes com violência. Sendo essa competição evidentemente impossível, presume-se que aos indígenas resta desaparecer. Mas se eles teimam em existir e continuar sendo quem são, de posse das terras cujo usufruto a Constituição lhes garante, não



faltar, nunca falta, quem se empenhe em removê-los, melhor dizendo eliminá-los em nome do progresso. Esse projeto de aniquilação é a verdadeira fonte da retórica dos weintraubs, empenhados de forma ridícula em negar a evidência da diversidade étnica do Brasil, fazer com que se esqueça a existência no país de habitantes cujos ancestrais já se achavam aqui estabelecidos muito antes da chegada dos colonizadores europeus. Que proveito se pode tirar do seu apagamento? Como categorizar essa gente, ou melhor, essas gentes?

Reconheçamos que o rótulo “índios” os caracteriza mal. Proceda de um engano de Colombo e é tão vazio quanto a expressão “negros da terra” que lhes aplicaram os colonizadores portugueses a fim de diferenciá-los dos homens e mulheres que escravizavam na África e traziam para cá, também eles e elas pertencentes a distintas etnias, a diferentes povos. Mas deu-se que os rótulos vazios com que os designaram foram preenchidos de modo positivo tanto pelos negros como pelos chamados indígenas. Dando-se conta de sua comum condição na sociedade escravista, os negros oriundos de distintas sociedades africanas, portadores de diferentes culturas, criaram laços e formaram alianças entre si, estabeleceram uma espécie de comunhão transcultural no curso de sua resistência à opressão, nas suas lutas por liberdade, e com muita inteligência deram novo sentido político à categoria em que os situavam os escravizadores. Assim o que era apenas uma marca superficial indicativa de mão de obra servil, um diacrítico definido pelos senhores brancos com base em um simples fenótipo, tornou-se um signo identitário assumido e valorizado: os africanos e crioulos escravizados produziram de forma criativa sua negritude, conferindo-lhe um valor positivo. No processo, fizeram de suas diferenças um tesouro comum. A reação à violência colonial na África negra suscitou também uma valoração dessa ordem, fruto do empenho de grandes líderes e de segmentos importantes de distintas sociedades negroafricanas, que assim deram origem ao movimento pan-africanista, movimento cuja irradiação na diáspora gerou (tem gerado) excelentes frutos. Processo similar verificou-se com descendentes de populações pré-colombianas, em nosso caso pré-cabralinas. Sem deixar de lado as tradições, os costumes, os modos de vida que os diferenciam, os protoamericanos têm-se mostrado capazes de irmanar-se e constituir uma rica aliança, associando-se e apoiando-se mutuamente. O magnífico resultado deste processo foi a criação de uma sinergia política e de uma nova forma de interlocução entre grupos e culturas, um belo invento digno de respeito e admiração. O rótulo “indígena” foi apropriado positivamente, dotado de um sentido novo e muito rico. Houve não só um salto semântico: deu-se a gênese de um campo cultural frutífero, generoso, muito promissor. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil é motivo de orgulho para todos os cidadãos deste país e evidentemente não representa qualquer



ameaça ao Estado brasileiro, como tampouco a União das Nações Indígenas que a precedeu e cujo nome tanto irritava o General Golbery do Couto e Silva. Ora, convém lembrar que por muito tempo, desde a colônia, os governantes não apenas se empenhavam aqui em classificar os negros escravizados em “nações” como também se referiam em textos oficiais a nações indígenas do Brasil. Depois quis-se banir essa designação. A birra nova não passa de pretexto industriado com má fé e usado perversamente por quem tenta inibir uma justa demanda, uma ligação solidária, uma união eficaz para defesa e reivindicação de direitos por parte de populações ameaçadas pela cobiça infrene de segmentos muito poderosos tanto econômica quanto politicamente.

Não há motivo algum para que se deixe de falar em povos indígenas e se desconheça sua existência no Brasil. Não nos prejudica nem nos diminui o fato de sermos um país multiétnico. Daí não nos vem nenhum perigo. Pelo contrário, o risco muito sério nos chega de outro lado: do acirramento do racismo e da sanha ditatorial de grupos que conspiram contra a nossa liberdade e dilapidam o patrimônio ambiental do país.

Há uma hipocrisia muito grande no proclamado temor à afirmação dos nossos povos indígenas, como se eles constituíssem ameaça à unidade nacional. Uma mineradora norueguesa promove intensa devastação na Amazônia. Nossos governantes não reclamam. Outras empresas estrangeiras do mesmo tipo projetam instalar-se na grande hileia, apossando-se de vastas extensões de terras. Não ocorre nenhum protesto patriótico, nenhuma reclamação da parte dos supostos defensores do Brasil, que pelo contrário estimulam a ganância dos ádvenas poderosos e se dispõem a ceder-lhes tudo. Não veem nisso nada de lesivo ao país. Mas falar em povos indígenas, reconhecê-los como tais, acatar seu protagonismo na defesa de seus direitos é o pecado, é o que se descreve como grande ameaça, a provocar explosões de ódio.

O ideal de um povo único e homogêneo tem servido historicamente de cobertura para programas violentos de dominação que não raro degeneram em genocídio. Serve também para disfarçar a brutalidade racista. Faz-se útil, sobretudo, para esconder a concentração imoral de poder e riqueza em mãos de poucos, como se a imaginária eliminação de diferenças étnicas pudesse representar (ou substituir) o fim das desigualdades, mesmo as mais escandalosas.

Quem propõe esse ideal parte de um pressuposto que não aceita discutir, pois seu acatamento depende de mantê-lo fora do alcance da crítica. Como diz o filósofo e economista **Amartya Sen**<sup>1</sup>, “muitos dos conflitos e da barbárie existentes no mundo são sustentados pela ilusão de uma identidade única e sem alternativa.”

1. SEN, *A identidade e a violência: a ilusão do destino*. São Paulo: Iluminuras, 2015 p. 13.





Claro está que se pode perfeitamente ser caiapó e brasileiro, judeu e brasileiro etc. Os povos indígenas nos enriquecem com o tesouro de suas criações culturais e seu profundo amor à liberdade. Dão-nos lições preciosas também no campo da política. Senti-me fascinado pela ecumene xinguana quando a visitei e estudei como antropólogo, numa breve temporada de pesquisa na qual aprendi muito. É um avanço em civilização o que lá se verifica: a convivência na bacia dos formadores do rio Xingu de indígenas de diferentes culturas, de sociedades que falam diversas línguas e se entendem perfeitamente, pois souberam estabelecer um convívio pacífico esquecendo antigas hostilidades e produziram, sem perder as características que as singularizam, uma cultura comum, cada vez mais rica. A devastação ora em curso do belo nicho ecológico que os xinguanos durante séculos mantiveram em seu esplendor, respeitando e cultivando floresta e savana, ameaça um patrimônio da humanidade. Esta ameaça impende sobre toda hileia amazônica e outros biomas protegidos por nossos indígenas. O reconhecimento dos direitos desses povos é de importância vital para todos os brasileiros. Os ataques que eles sofrem nos atingem a todos. A chacina dos povos da floresta e do cerrado tem consequências terríveis. Muitos brasileiros que residem em centros urbanos, aparentemente muito longe dos índios, precisam dar-se conta de quanto são prejudicados por essa brutalidade: não percebem que o desmatamento promovido pelos agressores dos povos indígenas afeta a população de grandes metrópoles do sudeste e do centro-oeste, por exemplo; não veem que a desertificação do cerrado e a extinção de florestas acarretará sede e fome para multidões que, de norte a sul do Brasil, se imaginam alheias a esse drama. A indiferença em face da chacina dos índios não é só imoral, é também suicida.

Vale repetir: povos indígenas não significam risco nenhum para o Brasil. O risco está do outro lado, vem daqueles que os ameaçam, agridem, esbulham e massacram. O desmonte da Fundação Nacional do Índio e o profundo descaso das autoridades em face dos repetidos crimes cometidos contra esses povos, entregues ao furor de assassinos e ao contágio de uma sinistra pandemia sem as defesas a que fazem jus são pura e simplesmente crimes contra a humanidade. Também merecem qualificar-se assim a projetada abertura de suas terras à mineração, o encorajamento do garimpo ilegal nas suas reservas e, entre outras medidas infames, a obscena MP da grilagem, que legaliza o crime contra um patrimônio nacional cuja perda tem o efeito de lesar todos os brasileiros, inclusive as gerações futuras.

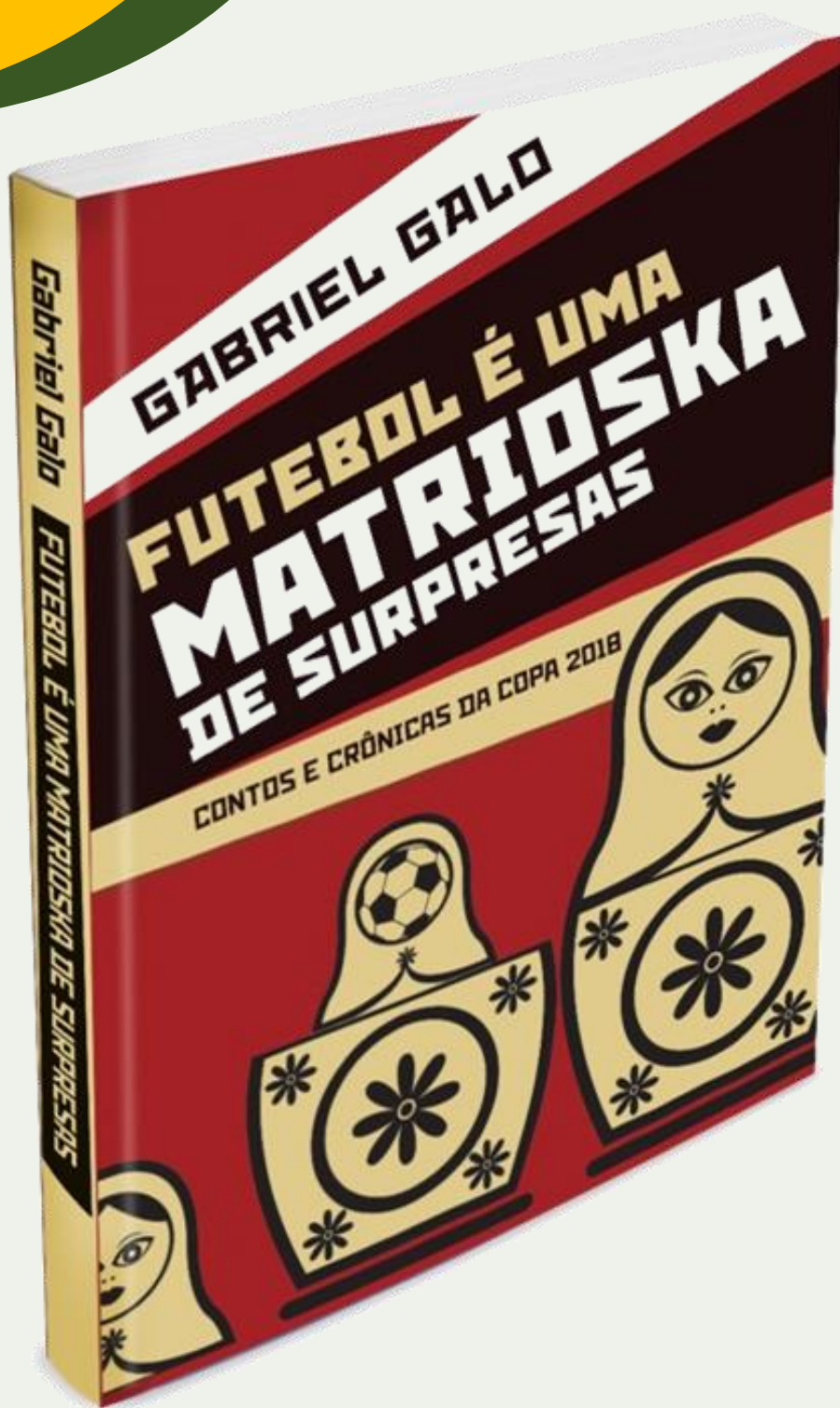
Os povos indígenas nos dão alegria e orgulho, valorizam nossa república. Não temos a temer barbárie da parte deles, mas sim de quem prega o ódio, amesquinha a educação e cultiva a xenofobia.



#### **ORDEP SERRA**

É antropólogo com mais de meio século de profissão. É bacharel em Letras e doutor em antropologia social pela USP, além de professor aposentado pela UFBA. Filho de Xangô, marido de Regina.

HORA DO  
MERCHAN



DISPONÍVEL  
SOMENTE NA

**amazon**kindle



“

O MELHOR LIVRO  
SOBRE A COPA DO  
MUNDO **RÚSSIA-2018**,  
DENTRE AQUELES EM  
**PORTUGUÊS**,  
ESCRITOS POR UM  
**BAIANO** E LANÇADOS  
DE MANEIRA  
INDEPENDENTE EM  
OUTUBRO DE 2018.



# APOIE \_

## QUE TAL APOIAR VOZES INDEPENDENTES?

Tudo o que você lê, ouve e assiste aqui no Papo de Galo é essencialmente grátis. Mas boleto não liga pra isso. E eu preciso de sua ajuda.

Você pode contribuir de diversas maneiras. O mais rápido e simples: assinando a **NEWSLETTER**. Isso abre a porta pra gente chegar diretamente até você. Tem mais. Você pode compartilhar esta revista com seus amigos, por exemplo. Você também pode seguir nas redes sociais, comentar, compartilhar, convidar outras pessoas. Assim, o que a gente faz ganha mais alcance, mais visibilidade.

Mas tem algo ainda mais poderoso. Se você gosta do que escrevo, você pode contribuir com qualquer quantia que puder e não vá lhe fazer falta no **APOIA.SE** e no **CATARSE**. Estas doações ajudam construir um compromisso de permanecer produzindo, sem abrir mão da qualidade e da postura firme nos ideais. Com isso, você incentiva a mídia independente e se torna apoiador do pequeno produtor de informações. E eu agradeço imensamente.

**APOIA.se**



catarse



**Fugiu, querido?  
Tic tac.**

